

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO –  
UFOP  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
– ICSA CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM OURO PRETO-MG:  
DESAFIOS PARA O ENFRENTAMENTO DA CLASSE TRABALHADORA**

Vagner José Ferreira

Mariana - MG  
2018

Vagner José Ferreira

**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM OURO PRETO-MG:  
DESAFIOS PARA O ENFRENTAMENTO DA CLASSE TRABALHADORA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Me. Carina de Souza.

Mariana - MG

2018

F383p

Ferreira, Vagner José.

A Precarização do Trabalho em Ouro Preto-MG [manuscrito]: Desafios para a Classe Trabalhadora / Vagner José Ferreira. - 2018.

56f.: il.: color; tabs.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. MSc<sup>a</sup>. Carina de Souza.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Trabalho - Aspectos sociais - Ouro Preto - Teses. 2. Desenvolvimento econômico- Aspectos sociais - Teses. I. Souza, Carina de. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 331(81)

“A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM OURO PRETO-MG:  
Desafios para o enfrentamento da classe trabalhadora”

DISCENTE

Vagner Ferreira

ORIENTADOR (A):

Profª. Ma. Carina de Souza

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 27 / 02 / 2018

Luciana da Conceição Gomes

(Assistente Social, Esp. Luciana da Conceição Gomes CRESS 20.295 - 6 Região)

Jussara de Cássia Soares Lopes

(Profª Ma. Jussara Lopes )

Carina de Souza

(Profª Ma. Carina de Souza)

Dedico primeiramente esse trabalho a minha família que me apoiou e motivou incansavelmente e que por vários meses tiveram que se desdobrar para compensar a minha ausência, enquanto tive que me retirar para concluir essa pesquisa. Dedico também à classe trabalhadora de Ouro Preto a quem sinceramente espero devolver algum retorno com esse trabalho. Dedico especificamente aos meus antigos colegas de fábrica que mesmo sem saberem foram objeto de pesquisa desse Trabalho de Conclusão de Curso. E finalmente a toda comunidade acadêmica da UFOP e em especial aos alunos, técnicos e professores do ICOSA

## **AGRADECIMENTOS**

Meus sinceros agradecimentos ao Sindicato dos trabalhadores Metalúrgicos São Julião que de forma solícita atendeu as minhas visitas em busca de informações. Meus agradecimentos a minha orientadora professora mestra Carina de Souza pela dedicação e incansável paciência. E à Luciana da Conceição Gomes pessoa tão importante na minha formação profissional e pessoal com quem tive o prazer de conviver, aprender muito. Ela foi minha supervisora de campo, examinadora na minha banca e agora minha amiga. A todos vocês deixo aqui o meu muito obrigado.

## RESUMO

Esta pesquisa consiste em um Trabalho de Conclusão de Curso, cujo objetivo é abordar as condições de trabalho em Ouro Preto, tendo como recorte o mercado formal, no ano de 2017. Esta é uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo em vista que, para sua confecção, foi realizado levantamento bibliográfico de autores que trazem mediações fundamentais para entendermos: as características da fase imperialista do capitalismo; a condição de dependência econômica, política e social da América Latina, em sua dinâmica com o capitalismo internacional com relação aos países de capitalismo central e as características do processo de industrialização brasileiro. Também recorremos a dados históricos que nos permitiram remontar a trajetória sociohistorica de Ouro Preto e à levantamentos estatísticos do Ministério do Trabalho em sua sessão de “Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda por município”, que indicam características do mercado de trabalho formal do município. As bibliografias e estatísticas contribuíram para confirmação de nossa hipótese: está em curso a precarização das condições de trabalho em Ouro Preto, desde o chamado processo de “desindustrialização”. Tal precarização está evidente ao nos depararmos com mercado de trabalho formal, no ano de 2017. Para tanto, a metodologia empregada nessa pesquisa é o Materialismo Histórico Dialético de Marx, que estuda o fenômeno fazendo uma regressão até atingir sua essência, sua gênese.

**Palavras-chave:** Mundo do Trabalho; Desindustrialização; Ouro Preto.

## **ABSTRACT**

This research consists of a Course Completion Work, whose objective is to approach the working conditions in Ouro Preto, having as a cut-off the formal market, in the year 2017. This is a bibliographical and documentary research, considering that for its a bibliographical survey was carried out of authors who bring fundamental mediations to understand: the characteristics of the imperialist phase of capitalism; the condition of economic, political and social dependence of Latin America in its dynamics with international capitalism in relation to the countries of central capitalism and the characteristics of the process of Brazilian industrialization. We also used historical data that allowed us to trace the sociohistorical trajectory of Ouro Preto and the statistical surveys of the Ministry of Labor in its session on "Information for the Public System of Employment and Income by Municipality", which indicate characteristics of the formal labor market of County. The bibliographies and statistics contributed to confirm our hypothesis: the precariousness of working conditions in Ouro Preto is under way since the so-called "de-industrialization" process. This precariousness is evident when we come across a formal labor market in 2017. For this, the methodology used in this research is Marx's Historical Materialism Dialectic, which studies the phenomenon by regressing until it reaches its essence, its genesis.

**Keywords:** World of Work; Deindustrialization; Ouro Preto.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO 1: CAPITALISMO DEPENDENTE E INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL.....	10
1.1 Imperialismo e dependência na América Latina .....	10
1.2 Industrialização no Brasil .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b> 19
1.3 Transformações no mundo do trabalho e consequências para a classe trabalhadora.....	28
CAPÍTULO 2: CONDIÇÕES DE TRABALHO EM OURO PRETO.....	32
2.1 Formação socio-historica de Ouro Preto-MG.....	32
2.2 Análise de dados .....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	44
REFERÊNCIAS .....	46
ANEXOS .....	49

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa consiste em um Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto. Nosso objetivo central é abordar as condições de trabalho em Ouro Preto, tendo como recorte o mercado formal, no ano de 2017.

Sou morador de Ouro Preto e, por muitos anos, fui trabalhador da indústria nessa cidade. Com o passar dos anos venho observando o enfraquecimento do setor industrial na nossa região, algumas fábricas que existiam na cidade fecharam suas portas, deixando de herança para o município, um considerável contingente de desempregados. Com o encerramento das atividades da fábrica em que trabalhava, no final do ano de 2014, chamou-me a atenção o fato de que, grande parte dos meus antigos colegas de trabalho, se inseriram em ocupações, que se alocavam no setor de serviços. Dentre as funções que passaram a desempenhar estão: frentista de postos de gasolina; segurança privado; lavador de carro; repositor de mercadorias. Houve, ainda, a fração de trabalhadores expulsos do setor industrial, que optou por abrir o próprio negócio, sendo este muitas vezes informal, sem direitos garantidos e estão descobertos de qualquer proteção previdenciária.

Dados do IBGE, confirmam que, no setor industrial, os trabalhadores tinham um dos maiores salários, dentre os setores de atividade analisados, enquanto que, o setor de serviços, que recebe boa parte dos trabalhadores regressos da indústria, representa o setor, em que menos se paga. Outro determinante a ser considerado e que também pode ser comprovado estatisticamente refere-se à queda na arrecadação do município, o que impacta na qualidade de vida de toda a população. Portanto, com o processo de “desindustrialização” da economia ouro-pretana todos sofreram os prejuízos.

Diante do que foi exposto chego à conclusão que, com a desindustrialização de Ouro Preto, a classe trabalhadora saiu perdendo, tendo em vista a instabilidade e precarização as quais estão expostos. Desta forma a motivação dessa pesquisa é descobrir, *para onde migra a classe trabalhadora pós-desindustrialização e, em que setor essa mão-de-obra se recoloca no mercado de trabalho?* Tentaremos responder questões como: *O trabalhador pós-industrial é mais precarizado?* Quais são as condições de trabalho em sua recolocação no mercado de trabalho, quando deixa a indústria? Qual o impacto da desindustrialização para o município?

Para tanto, a metodologia empregada nessa pesquisa é o Materialismo Histórico Dialético de Marx, que estuda o fenômeno fazendo uma regressão até atingir sua essência, sua

gênese. Durante o processo de abstração da realidade o pesquisador deve apreender as várias mediações que envolvem seu objeto de estudo, o que é importante para que, num momento posterior, a coletividade humana possa intervir de maneira qualificada no fenômeno que motivou o processo de investigação. Segundo o Materialismo de Marx, a forma como a humanidade produz suas necessidades, pelo trabalho, em um determinado contexto histórico, irá definir o conjunto de relações sociais. Por isso Marx aborda o trabalho humano como modelo das necessidades humanas, pois, por suas características específicas, possibilitou à humanidade a construção de necessidades mais elaboradas: a ciência, a cultura, a arte, o direito. Todas essas necessidades não poderiam existir, não fosse o grau de desenvolvimento humano proporcionado por seu trabalho, considerado como ação consciente, que se destina a uma finalidade: a criação de produtos úteis.

Esta é uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo em vista que, para sua confecção, foi realizado levantamento bibliográfico de autores que trazem mediações fundamentais para entendermos: *as características da fase imperialista do capitalismo; a condição de dependência econômica, política e social da América Latina, em sua dinâmica com o capitalismo internacional com relação aos países de capitalismo central e as características do processo de industrialização brasileiro*. Também recorreremos a dados históricos que nos permitiram *remontar a trajetória sociohistorica de Ouro Preto* e a levantamentos estatísticos do Ministério do Trabalho em sua sessão de “Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda por município”, que indicam características do mercado de trabalho formal do município. As bibliografias e estatísticas contribuíram para confirmação de nossa hipótese: está em curso a precarização das condições de trabalho em Ouro Preto, desde o chamado processo de “desindustrialização”. Tal precarização está evidente ao nos depararmos com mercado de trabalho formal, no ano de 2017.

A importância desta pesquisa para uma formação em Serviço Social está no fato de que o objeto de intervenção do assistente social, isto é, a Questão social, tem sua raiz nas contradições do modo de produção capitalista e na forma como o trabalho humano está organizado neste contexto histórico. Portanto, as alterações no mundo do trabalho reincidentem no cotidiano profissional, exigindo a investigação constante da realidade para traçar respostas e exercer uma intervenção de qualidade. Dentre os autores utilizados para estabelecer esse debate estão: Lênin (1917), Marini (1990), Pochmann (2016), Furtado (2005), Junior (1963), Cano e Silva (2010). Também nos apropriamos de trabalhos acadêmicos que abordaram a formação econômica e sócio histórica de Ouro Preto, como também de artigos em jornais

locais, que relatam os impactos no mercado de trabalho, após a retirada gradual das atividades industrial.

## CAPÍTULO 1: CAPITALISMO DEPENDENTE E INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

Neste capítulo abordaremos as características da fase imperialista do capitalismo, como também a inserção da América Latina na dinâmica da divisão internacional do trabalho. Buscamos identificar as bases da industrialização brasileira e o lugar que esta ocupa, com relação aos interesses das grandes corporações. Também pontuamos as transformações ocorridas no mundo do trabalho, desde 1970 no cenário mundial e, a partir de 1990 no Brasil. A construção teórica empreendida neste capítulo dará condições de analisarmos a especificidade de Ouro Preto, no próximo capítulo.

### **1.1 Imperialismo e dependência na América Latina**

Com a derrubada, pela classe burguesa do sistema feudalista, por volta de 1880 entrava em operação na Europa uma nova ordem econômica e social, que viria a ser caracterizada como capitalismo. Tão logo entrou em funcionamento se espalhou gradativamente para diversas regiões do planeta. O capitalismo é uma forma de organização da produção dentro da qual há uma feroz competição para a obtenção de lucros. Essa competição ocorre, tanto de empresa para empresa dentro de um país, bem como ocorre de nação para nação. Esse modo de produção é fundado na propriedade privada dos meios de produção, na divisão social do trabalho e na transformação de todos os produtos úteis em mercadorias, bem como aqueles que só possuem sua força de trabalho tornam-se mercadorias, a dispor de seu empregador, para produzir um excedente econômico, a mais-valia. (LENIN, 1917).

O modo de produção capitalista incentiva a competitividade, com vistas à acumulação de lucros exorbitantes. Nessa dinâmica, um pequeno grupo, os chamados países de capitalismo central, ao atingirem um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas e de concentração da produção em seu território, impõe as suas vontades aos demais, que são os denominados países de capitalismo periférico.

O capitalismo, nos primeiros tempos de seu surgimento, tinha como prerrogativa a livre concorrência de mercado. Nesse cenário as numerosas empresas competiam individualmente uma com as outras, ou seja, cada produtor atuava isoladamente, sem contato com os outros. A livre concorrência era tratada pelos economistas como uma lei natural. A produção industrial se desenvolveu rapidamente e algumas empresas especializaram-se no seu

ramo de atividade e tornaram-se importantes devido ao grande número de empregados e da influência que desenvolveram. Essas se tornaram grandes empresas e detiveram em suas mãos a concentração da produção. A livre concorrência começava a se desintegrar (LENIN 1917).

Para enfrentarem as crises, típicas do modo de produção capitalista, e também as investidas de grupos rivais, os capitalistas uniram-se em cartéis. Nesses primeiros momentos os cartéis não haviam adquirido notoriedade, eles atuavam de forma espaçada em algumas regiões.

“Podem-se citar alguns exemplos de monopólios capitalistas da época anterior a 1860; podem-se descobrir aí os germes das formas que são tão correntes na atualidade; mas tudo isso constitui indiscutivelmente a época pré-histórica dos cartéis”. O verdadeiro começo dos monopólios contemporâneos encontramos-lo, no máximo, na década de 1860. O primeiro grande período de desenvolvimento dos monopólios começa com a depressão internacional da indústria na década de 1870 e prolonga-se até princípios da última década do século (LENIN 1917, p 07).

As sucessivas crises e as intensas disputas entre capitalistas tornaram a formação dos cartéis uma prática recorrente. A união dessas empresas em cartéis e trust<sup>1</sup> fez com que dominassem a produção e expulsassem de vez a livre concorrência para o campo da teoria<sup>2</sup>. Segundo Lenin (1917) a partir dos anos 1900 o capitalismo de livre concorrência estava totalmente superado, sendo sucumbido pelo imperialismo.

Na fase imperialista a concorrência entre monopólios continua feroz. Pequenos e médios produtores não têm chance de competir e são facilmente eliminados da disputa. Assim foram formados os primeiros monopólios, a partir de então, grandes conglomerados industriais edificaram-se nos principais países capitalistas. Dessa forma o acesso ao mercado era inviabilizado à outras empresas, e os grupos que tinham o privilégio de operar nesse mercado comandavam-no e arruinava os concorrentes.

Daqui se infere claramente que, ao chegar a um determinado grau do seu desenvolvimento, a concentração por si mesma, por assim dizer, conduz diretamente ao monopólio, visto que, para umas quantas dezenas de empresas gigantescas. É muito fácil chegarem a um acordo entre si e, por outro lado, as dificuldades da concorrência e a tendência para o monopólio nascem precisamente das grandes proporções das empresas. (LENIN 1917, p.5)

---

<sup>1</sup> O truste é a união de grandes empresas que já dominam grande parte mercado, com isso tem condições de controlar o mercado consumidor ao mesmo tempo em que dificulta a concorrência. (LENIN 1917)

<sup>2</sup> Os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, os prazos de pagamento, etc. Repartem os mercados de venda. Fixam a quantidade de produtos a fabricar. Estabelecem os preços. Distribuem os lucros entre as diferentes entre empresas. (LENIN 1917, p. 7).

O monopólio marca uma fase em que um grupo de empresas se isolam na produção de produtos específicos ou ramo de atividade e se tornam majoritárias na exploração de determinado mercado. Sua concentração de poder evolui para tal proporção que passam a atuar e a dominar não só o mercado consumidor do seu país sede, mas em diversos outros países. A capacidade de penetração do capital é tamanha que não há um único lugar que ele não consiga alcançar. Todos os setores da vida social são atingidos.

Com tempo a dinâmica de funcionamento capitalista deixa de ser uma mera atividade comercial. O modo de produção capitalista se envereda na estrutura do Estado e ganha status de política oficial de governo. A partir de então a concorrência deixa de ser, empresas versus empresas, no âmbito do país, e passa a ser entre nações, pela qual uma nação exerce o monopólio sobre a outra. Como podemos perceber já não são apenas grupos empresariais lutando simplesmente pelo domínio de mercado. Com o imperialismo esses grupos se fundem com a estrutura do Estado, que passa a representa-los e a defender seus interesses. A partir disso os grupos capitalistas são balizados por governos (LENIN 1917).

As nações imperialistas exercem sua pressão por matéria-prima, mercado consumidor e mão-de-obra barata, sobre outros países, os países subdesenvolvidos. A todo momento as nações imperialistas procuram impor seu poder econômico sobre as outras. A rivalidade entre elas é desenfreada. Chega a um ponto, em que o desenvolvimento das forças produtivas (dos países de capitalismo central) é tamanha, que é necessário a expansão para além de suas fronteiras. Os países capitalistas centrais então começam a expandir o seu potencial produtivo rumo aos países periféricos.

Os países latino-americanos passam então a integrar o sistema capitalista. Os países periféricos, ou de economia dependente, são colocados em papel subalterno na divisão internacional do trabalho, uma vez que suas principais atividades econômicas funcionam como apoio ao desenvolvido mercado dos países centrais (MARINI 1990).

Na intensa concorrência entre os grandes grupos monopolistas as fronteiras nacionais, que os cercam se tornam obstáculos e precisam ser superadas. Era necessário desbravar novos territórios. Essa expansão tem como rumo os países de economia subdesenvolvida, semicolônias das potências capitalistas. Nesse processo de recolonização dos países subdesenvolvidos a atuação dos bancos foi decisiva.

Desempenhando um papel sem grande relevância durante os anos de capitalismo de livre concorrência, os bancos não eram mais que prestadores de serviços. Ainda limitados ao seu restrito ramo de atuação, os bancos administravam as economias dos clientes, desde os

grandes industriais até pequenos correntistas. Portanto, tendo conhecimento das finanças dos setores industriais, conhecia-se a saúde financeira do país, ou de muitos países, se levarmos em consideração os conglomerados bancários com filiais em diversas nacionalidades.

Com o conhecimento da situação financeira nacional juntamente com os grandes volumes de dinheiro que detinham em seu poder, os bancos tiveram uma ascensão. A soma desses fatores foi a mola propulsora que os impulsionou a alcançar o papel de liderança absoluta, que alcançaria durante o imperialismo. Os bancos mudaram os rumos da economia durante esta a fase. Nas palavras de Lenin “os bancos deixam de ser meros intermediários” e passam a atuar como financiadores de inúmeros setores da economia.

Aproveitando-se da dinâmica do capitalista de buscar constantemente por inovações, expansão e crescimento, os bancos se inseriram no sistema concedendo financiamento e empréstimos bancários aos capitalistas. Surgiu a partir desse momento a aliança entre capitalistas industriais e banqueiros. E dessa união entre as duas instituições nasce o capital financeiro. O surgimento desse novo modelo de organização marcaria profundamente a dinâmica do imperialismo, como aponta Lenin:

[...] a união pessoal dos bancos e das indústrias é completada pela “união pessoal” de uns e outros com o governo. Lugares nos conselhos fiscais, escreve Jeidels, são livremente oferecidos a personalidades do Estado que possam facilitar (!!)

consideravelmente as relações com as autoridades... Geralmente no conselho fiscal de um grande banco encontra-se um membro do Parlamento ou membro da municipalidade de Berlim”. Portanto, a estruturação e, por assim dizer, e o pôr em marcha dos grandes monopólios capitalistas, prosseguem a todo vapor por todos os meios “naturais” e “sobrenaturais”. Daí resulta uma divisão sistemática do trabalho entre algumas centenas de reis das finanças da moderna sociedade capitalista. (LENIN 1917, p.60)

Os países centrais do capitalismo usaram o capital financeiro<sup>3</sup> como ferramenta para aprofundar ainda mais a sua hegemonia sobre os países periféricos, consolidando assim as relações de dominação exercida sobre os mesmos. Na verdade, essa dominação, com a atuação do capital financeiro, passou a outro nível, desta vez mais abrangente. Após consolidado o monopólio financeiro as potências imperialistas passam a inundar o mundo com a sua nova mercadoria: o capital.

As nações ricas, seduzidas pelas atraentes taxas de lucros, incrementaram suas operações financeiras, sobretudo aquelas ligadas à especulação. Aos poucos, para esses

---

<sup>3</sup> [...] o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais. (LENIN 1917, p.49)

países, a exportação de capital ultrapassou em importância a própria exportação de mercadorias. Manipular a especulação financeira ganhou espaço sobre a produção de mercadoria. Segundo Lênin (1917) as principais potências capitalistas se especializaram na exportação de capital e transações do gênero, por isso foram denominados estados rentistas.

A exportação de capital e as demais atividades decorrentes da mesma se tornaram a principal atividade econômica de algumas potências capitalistas. As exportações de capital, dos países de capitalismo central aos países de economia dependente, se dão sob a forma de investimentos diretos, financiamento de construção de infraestrutura e sobre a forma de empréstimos. Esses serviços, sobretudo os empréstimos, são claramente desvantajosos e abusivos. Além do mais tornam os devedores fantoches nas mãos dos que os financiam. Juntamente com financiamento de obras públicas (os países subdesenvolvidos são os principais clientes) e empréstimos estatais, a operação no mercado de ações formam a base dessas transações. A exportação de capitais passa a ser um lucrativo negócio para os estados credores. Por outro lado, aos estados devedores restam apenas se submeter aos pesados encargos, resultantes de taxas de juros abusivas. E não tem mais o que fazer se não se contentar com acordos comerciais claramente prejudiciais a sua economia. Tudo isso corrobora com as opiniões de Lênin (1917) sobre o caráter parasitário do imperialismo.

Para entendermos o que delineou o desenvolvimento da industrialização da América Latina é necessário fazer um rápido resgate histórico e analisar como era o cenário econômico em torno das principais nações imperialistas naquele tempo. A Inglaterra era a principal potência capitalista da época<sup>4</sup> e a grande movimentação comercial que operava, atraía para seu entorno, os diversos países ávidos por participarem de alguma forma do crescimento da metrópole.

Ao seu redor gravitavam os países periféricos latino-americanos. A produção de mercadorias primárias dos países periféricos era trocada por bens manufaturados e bens de consumo. Essa transação deixava os países pobres atrelados não só à Inglaterra, mas a diversos países europeus. Essa corrida para atender à demanda do mercado externo diversificado, fez com que cada país da América Latina, empreendesse separadamente sua própria rota de desenvolvimento para atender cada um o seu mercado em particular. Não havendo, portanto, nenhum tipo de articulação entre eles (POCHMANN 2016).

Seria uma boa iniciativa se os países latino-americanos se unissem em blocos econômicos ou firmassem acordos comerciais para se consolidarem e crescerem

---

<sup>4</sup> Em 1880, por exemplo, a Grã-Bretanha respondia por ¼ de todo produto industrial do mundo. (POCHMANN 2016, p. 28)

mutualmente. Sendo assim poderiam negociar formas de comercio mais favoráveis. Mas não havia organização política nem recursos financeiros para isso. A grande expansão do mercado mundial foi o momento em que os países latino americanos se consolidam na divisão internacional do trabalho. Aí se define qual é o papel que cada país desempenhara na dinâmica da produção mundial. A condição de fornecedores de matéria-prima industrial e de alimentos abriu as portas do mercado mundial para a América latina.

Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvidas. (MARINI, 1990 p. 03)

Ou seja, de acordo com as palavras de Marini (1990), para que se libertassem da condição de dominados e protagonizassem seu próprio desenvolvimento, os países latino americanos teriam que se desprender dos laços comerciais que os prendiam aos países centrais. Para que pudessem se livrar do movimento contínuo da dependência, a qual estariam inseridos perenemente reproduzindo o "desenvolvimento do subdesenvolvimento".

Os países periféricos atuaram de forma decisiva no desenvolvimento industrial dos países centrais. Embora tivessem papel relevante, a América latina sempre ocupou posição secundária, devido a sua extrema dependência e submissão aos interesses estrangeiros. Ainda segundo Marini (1990) o desenvolvimento da indústria seria retardado se os países centrais do capitalismo tivessem que concentrar sua atenção na produção de itens básicos, como por exemplo, os produtos agrícolas. Se parte do efetivo de mão de obra desses países fosse deslocado para esse fim, não seria possível alcançar o alto nível de especialização na produção industrial que eles atingiram.

Os países latino americanos se submeteram, então, a um desenvolvimento desigual. Enquanto os países centrais capitalistas desenvolviam cada vez mais suas forças produtivas e se enriqueciam, os países periféricos submergiam na pobreza, desigualdades sociais entre outras mazelas. Sem contar as com relações de dependência cada vez mais acentuadas. O ingresso da América latina na divisão internacional do trabalho foi extremamente prejudicial para a classe trabalhadora, porque o desenvolvimento industrial da América latina foi baseado na exploração do trabalhador. A exploração intensiva e extensiva da força de trabalho é o típico modelo, sobre a qual está fundada a obtenção de lucros dos capitalistas nos países

periféricos. A mais valia nos países latino americanos está baseada na superexploração do trabalhador, condição comum, em que está inserida a classe trabalhadora nos países subdesenvolvidos.

Com o rápido desenvolvimento da indústria mundial, os países latino americanos foram levados, a reboque, a iniciarem também a sua industrialização, mas essa, desde o início, já tinha sido planejada para fins específicos, que nada tinham a ver com os seus interesses internos. Seria destinada a atender ao mercado externo. A principal razão que levou a fundação da indústria na América latina foi a necessidade de atender aos interesses dos países centrais, logo, a indústria latino-americana nasceu direcionada a suprir o mercado externo.

Os motivos que fizeram florescer o setor industrial nos países periféricos, não partiram das necessidades internas desses países. Essa dinâmica de atender ao mercado externo sem se preocupar em desenvolver um mercado com características próprias e que destine o grosso de sua produção para consumo interno, só aprofunda cada vez mais a dependência econômica e tecnológica com relação às grandes potências.

Um país com uma economia voltada totalmente para exportação traz profundas consequências para a vida da população. Como os produtos que a classe trabalhadora dos países de economia dependente, produz não são destinados ao consumo da mesma, ela pode ser superexplorada<sup>5</sup>. Como o principal objetivo da indústria da América latina era atender exclusivamente ao mercado externo. Não era de se esperar, portanto, qualquer forma de beneficiar o mercado consumidor interno.

Como o que se produz não está destinado ao consumo interno não há motivos para vincular o valor dos salários pagos, ao desempenho da indústria. Em outras palavras, mesmo estando a indústria em ritmo pleno de produção e, portanto, lucrando alto, isso não significará que o salário do trabalhador deverá aumentar.

Dedicada à produção de bens que não entram, ou entram muito escassamente, na composição do consumo popular, a produção industrial latino-americana é independente das condições de salário próprias dos trabalhadores; isso em dois sentidos. Em primeiro lugar, porque, ao não ser um elemento essencial do consumo individual do operário, o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho; não será, portanto, a desvalorização das manufaturas o que influirá na taxa de mais-valia. Isso dispensa o industrial de se preocupar em aumentar a produtividade do trabalho para, fazendo baixar o valor da unidade de produto, depreciar a força de trabalho, e o leva, inversamente, a buscar o aumento da mais-valia por meio da maior exploração — intensiva e extensiva — do trabalhador,

---

<sup>5</sup> Por tudo isso, a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento da produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho de remunera abaixo do seu valor real. (MARINI 1990, p. 21).

assim como a redução de salários mais além de seu limite normal. Em segundo lugar, porque a relação inversa que daí se deriva para a evolução da oferta de mercadorias e do poder de compra dos operários, isto é, o fato de que a primeira cresça à custa da redução do segundo, não cria problemas para o capitalista na esfera da circulação, uma vez que, como deixamos claro, as manufaturas não são elementos essenciais no consumo individual do operário. (MARINI 1990, p.14)

Dessa forma, o capitalista não se vê obrigado a incrementar os rendimentos do trabalhador, mas lhe paga somente o mínimo necessário para a sua sobrevivência. Essa disparidade ocorre porque o fruto do seu trabalho não é destinado ao seu consumo e sim para ser exportado para outros mercados. Resumindo, embora o trabalhador dos países periféricos se esgote ao máximo para produzir bons resultados para o patrão, o seu ganho em salário não irá se elevar com a prosperidade do negócio. Mas, por outro lado, quando a economia não vai bem, o trabalhador é duramente impactado. Quando há recessão da economia e o rendimento da indústria está em queda, em pouco tempo a carga de responsabilidade será transmitida para os ombros do trabalhador.

Ao trabalhador não é dado gozar os benefícios nos momentos de prosperidade da economia, mas quando a situação se inverte logo os patrões se apressam em socializar os prejuízos. Tão logo o capitalista vê sua projeção de lucro ameaçada ele já começa a espoliar o trabalhador, cortando benefícios, aumentando a exploração sobre a mão-de-obra e cortando postos de trabalho (ANTUNES 2000).

Disso resulta uma classe trabalhadora empobrecida, mais explorada e infimamente remunerada, quando comparada com a classe trabalhadora dos países centrais do capitalismo. Em ressonância com que aponta Marini (1990) o que impulsionou a industrialização na América Latina se deu em primeiro lugar, devido ao fato de que as potências centrais estavam abastadas e procuravam aplicar seus recursos na forma de investimentos nos países periféricos. Esses investimentos eram majoritariamente na forma de exportação de capital. Uma vez que os países periféricos não possuíam, nem recursos, nem tecnologia para impulsionar sua própria indústria, esses países receberam de braços abertos o capital estrangeiro.

O desenvolvimento da indústria na periferia do capital era um negócio atrativo. Os investidores foram atraídos por taxas de lucro promissoras, asseguradas pela superexploração da força de trabalho se aproveitando da frágil, ou inexistente, legislação trabalhista dos países subdesenvolvidos. Os capitalistas vislumbraram oportunidades de lucros inéditas diante de si,

que em seus próprios países não seriam possíveis, uma vez que as legislações sindicais não permitiam.

Além do capital abundante disponível para investimentos, os países centrais do capitalismo já possuíam bem desenvolvidas, a sua indústria de bens de capital. O estágio avançado desse setor fez com que surgisse a necessidade de exportar seus produtos (maquinário pesado). Os países periféricos, já eram responsáveis por etapas secundárias da produção. Coube aos países centrais, fomentar na América Latina, uma industrialização que correspondesse às suas necessidades de mercado consumidor. Que além de importarem máquinas novas também absorvesse o maquinário obsoleto que não mais atendia ao competitivo setor industrial das potências capitalistas.

Portanto esse papel coadjuvante, imposto aos países de economia dependente pelas nações imperialistas, não os permite acompanhar o desenvolvimento tecnológico e social dos países industriais. O reflexo disso se expressa em uma economia interna incipiente e atrasada cujo produto de seu mercado interno não está destinado a atender as necessidades de seus habitantes e sim abastecer o mercado externo. (FURTADO 2005).

A produção industrial dos países de economia dependente destinadas à exportação não passam de matérias primas, produtos semiacabados ou gêneros alimentícios. Mercadorias de uma base econômica como essa não requerem evidentemente tecnologia de ponta nem emprego de maquinário em larga escala. Nesse ramo de produção, por se tratar de ser etapa inicial, há prioritariamente superexploração de mão de obra.

De fato, mais que na indústria fabril, na qual um aumento de trabalho implica pelo menos um maior gasto de matérias primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento do trabalho sobre os elementos do capital constante são muito menos sensíveis, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional. Entende-se que, nessas circunstâncias, a atividade produtiva baseia-se, sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição-valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro. (MARINI 1990, P.08).

Sendo os países de economia dependente fornecedores de matérias primas, ou produtores de mercadorias industriais de baixo valor agregado, a sua economia estará sempre em desvantagem tanto quantitativa quanto qualitativamente. Esse arranjo a qual está inserida, que perpetua seu atraso e sua dependência, deixará marcas profundas no modo de vida da classe trabalhadora.

Desse modo não restam dúvidas, diante da cadeia de acontecimentos, que a industrialização da América Latina foi meticulosamente inserida, para atender aos mais diversificados grupos de interesse estrangeiros. E a dependência de longa data, a dominação a qual esteve exposta e a colaboração da burguesia e da elite política retardou o processo de emancipação econômica e política latino-americana. Não deixando margem significativa para o desenvolvimento de uma indústria que correspondesse aos interesses nacionais.

Entretanto, a dominação externa era uma realidade concreta e permanente, a despeito seu caráter puramente econômico. Os efeitos estruturais e históricos dessa dominação foram agravados pelo fato de que os novos controles desempenhavam uma função reconhecida: a manutenção do *status quo ante* da economia, com o apoio e a cumplicidade das “classes exportadoras” (os produtores rurais) e os seus agentes ou os comerciantes urbanos. O esforço necessário para alterar toda a infraestrutura da economia parecia tão difícil e caro que esses setores sociais e suas elites no poder preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas construídas sob o antigo sistema colonial. (FERNANDES 1975, p. 16)

## 1.2 Industrialização no Brasil

O Brasil, desde sua invasão pelos colonizadores, serviu como colônia de exploração. As principais atividades econômicas desenvolvidas por aqui sempre foram relacionadas ao extrativismo, primeiro da madeira, depois o ouro e assim por diante. Tendo ao longo de sua história uma economia fortemente concentrada na produção agrária, passando por vários produtos como a borracha, algodão, cana-de-açúcar e principalmente o café, a economia brasileira durante esse período não se expandiu para outros ramos. O café foi durante muitos anos o principal produto da economia nacional. Com as portas da exportação abertas o café desfrutava de um mercado internacional amplo e tornou-se conhecido no mundo inteiro. Empolgados com os lucros que o café proporcionava ao país os capitalistas nacionais se dedicaram exclusivamente ao produto e negligenciaram todo o resto. O desenvolvimento da cultura do café se deu em algumas regiões. Essas regiões produtoras viviam isoladas entre si, não havia malha viária ou ferroviária que as interligasse (FURTADO 2005).

Ao café acrescentam-se, na lista dos grandes produtos exportáveis, a borracha, que chegará quase a emparelhar-se a ele, o cacau, o mate, o fumo. O Brasil tornar-se-á neste momento um dos grandes produtores mundiais de matérias-primas e gêneros tropicais. Dedicará, aliás, a isto, em proporção crescente, todas suas atividades, já não sobrando mais margem alguma para outras ocupações. (JUNIOR 1963, p. 156-157)

O Brasil não diversificou sua produção, nem se preocupou em expandir e desenvolver suas capacidades produtivas para outros setores. Durante décadas a economia gravitou em torno de um único produto.

Em consequência, decairá a produção de gêneros de consumo interno que se tornam cada vez mais insuficientes para as necessidades do país, e obrigam a importar do estrangeiro a maior parte até dos mais vulgares artigos de alimentação. Os gêneros alimentícios figurarão na importação com porcentagens consideráveis, cerca de 30 e mais por cento, situação paradoxal e inteiramente anômala num país exclusivamente agrário como o Brasil. (JUNIOR 1963, p. 156-157).

Isso é reflexo da posição que o Brasil e as outras nações latino-americanas ocupam na divisão internacional do trabalho. Em nenhum momento o Brasil deixou de ser uma economia dependente e permanece o que trava sua livre iniciativa, porque está definitivamente nas mãos dos agentes do capital estrangeiro e que conforme Caio Prado Junior (1963, p. 156): “A ação direta dos interesses comerciais estrangeiros já se fazia sentir desde longa data. Referi-me anteriormente aos empréstimos públicos que vêm desde os primeiros anos da Independência e que tiveram tamanho papel na evolução do Brasil”.

Tendo em vista esse contexto, não é de se esperar, dado a sua profunda relação de subserviência e dependência, que países como o Brasil fossem autônomos para desenvolver uma economia voltada para as suas necessidades internas. Sendo assim, desde os princípios de sua industrialização, o país esteve dependente das demandas por produtos ou matérias-primas vindas fora para implantar sua indústria.

É assim que se conta a verdadeira história econômica moderna. O Brasil, como os demais povos de sua categoria, não conta senão como massa inerte de manobra, não é senão parcela insignificante num todo imenso em que se dilui e desaparece. A sua vida econômica não é função de fatores internos, de interesses e necessidades da população que nele habita; mas de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes. O que conta nele são os braços que podem ser mobilizados para o trabalho, as possibilidades naturais que seu solo encerra, o consumidor potencial que nele existe e que, eventualmente, uma campanha publicitária bem dirigida pode captar. Mas estes mesmos valores são por si, nada; porque contam unicamente como parcelas de um conjunto que abarca o mundo e somente nele representam algum papel. (JUNIOR 1963, p. 213)

Na verdade, foi quando os países centrais se viram na necessidade de expandir, para fora de suas fronteiras, a sua produção que os países periféricos foram requisitados para dar apoio a esses projetos. E, como não podia deixar de ser, tais empreendimentos foram recebidos de braços abertos e não faltaram incentivos e isenções para “atrair” esses

investimentos, mesmo sendo escandalosamente desvantajoso para os países que os acolhiam. Além de contar com mão-de-obra barata e matéria prima farta, os países desenvolvidos ainda podiam impor suas condições e se regalar com contratos fabulosamente convenientes e lucrativos.

Por outro lado havia a necessidade dos capitalistas em se desfazerem do maquinário já obsoleto de suas fábricas, pois essa é uma das características fundamentais da concorrência frenética do capitalismo, o constante emprego de atualizações e inovações no seu meio produtivo. E uma forma lucrativa de resolver esse problema é enviar esses equipamentos as suas fabricas nos países subdesenvolvido ou vende-los a outras empresas. O que, aliás, é uma marca nas fabricas de países periféricos o uso de equipamento reconicionado adquiridos de países de industrialização avançada. (FURTADO 2005)

De modo geral esse é o cenário no qual se erigiu a industrialização no Brasil. Seu processo de industrialização seguiu o caminho que o país já percorre desde os tempos de seu descobrimento que é justamente o de servir aos interesses estrangeiros, com o apoio da burguesia nacional. Essa burguesia recolhe as migalhas de lucros para si enquanto os demais sofrem as consequências da persistente miséria e exploração a que são submetidos, enquanto assistem ao mergulho do país na dependência sem vislumbrar meios de reverter o processo. A criação da indústria começou de forma lenta e atrasada, uma vez que as atenções da economia em grande parte estavam empenhadas na agricultura<sup>6</sup>.

A industrialização no país foi complicada por diversos fatores. Era um país que tinha toda uma economia baseada em produtos agrícolas, não havia uma malha viária que favorecesse o transporte, a comunicação entre as regiões as produtoras e as demais áreas do país era inexistente e não havia mercado consumidor, uma vez que, a população não tinha meios de se tornarem compradores, pois eram trabalhadores recém-egressos da escravidão.

Outro fator favorável à indústria brasileira será a produção local de uma matéria-prima de grande importância para ela: o algodão. E efetivamente a maquinafatura se iniciará no Brasil com a indústria têxtil que até muito recentemente representará sua parte substancial. Finalmente, uma última circunstância favorável ao estabelecimento de indústria será a disponibilidade de mão-de-obra e seu baixo preço. Numa economia agrária e escravista como a nossa, e onde a grande lavoura teve um papel absorvente e

---

<sup>6</sup> Em consequência, decairá a produção de gêneros de consumo interno que se tornam cada vez mais insuficientes para as necessidades do país, e obrigam a importar do estrangeiro a maior parte até dos mais vulgares artigos de alimentação. Os gêneros alimentícios figurarão na importação com porcentagens consideráveis, cerca de 30 e mais por cento, situação paradoxal e inteiramente anômala num país exclusivamente agrário como o Brasil. (JUNIOR 1963, p. 156-157).

monopolizador das atividades rurais, a grande massa dos homens livres fica à margem. É o que se verifica efetivamente, e sintoma disto será a desocupação e a vadiagem que representaram sempre o estado normal de uma grande parte da população da colônia. Aí a indústria nascente encontrará um amplo abastecimento de mão-de-obra; deficiente, é verdade, e muitas vezes precária e incerta. Mas compensando-se com seu ínfimo preço. São estas as circunstâncias principais que condicionarão o desenvolvimento de uma pequena indústria, sobretudo têxtil, na segunda metade do século passado. (JUNIOR 1963 p, 195)

A partir de 1930 a economia brasileira passa a vivenciar uma transformação. Após anos subordinada a economia do café, finalmente o Brasil inicia um processo de industrialização de envergadura. Das décadas de 1930 em diante a economia nacional experimentou anos de crescimento<sup>7</sup>. Mesmo com a transição para a indústria de fato, manteve-se o modelo exportador de mercadorias primárias.

Com a mudança de rumo na base da economia, que deixava de ser majoritariamente agrária para industrial, os laços com o antigo setor continuaram existentes. A burguesia industrial e a cafeeira se harmonizaram. E nesse cenário onde o sistema novo e o antigo pactuaram abriu campo para imperar o capitalismo feroz, ao mesmo tempo em que inviabilizou reformas importantes, tidas como clássicas no capitalismo contemporâneo, como a fundiária, a tributária e a social<sup>8</sup>. Diferentemente de outros países em a ascensão de um sistema implica na supressão do outro, no Brasil o moderno e o antigo seguem coexistindo pacificamente (POCHMANN 2016).

No governo Vargas (1951 a 1954) o Estado deu total apoio aos capitalistas patrocinando investimentos pesados em infraestrutura. E na área da indústria de base com a fundação de grandes empresas estatais.

Mas para subordinar o conjunto das forças produtivas precisou articular-se com o capital industrial externo e o avanço estatal. Isso porque foi pelas mãos do Estado desenvolvimentista que a burguesia industrial encontrou o principal apoio de poder e competição, ancorado, em geral, a subsídios e

---

<sup>7</sup> A partir da década de 1930 surge outra fase do desenvolvimento nacional, com a dinâmica industrial cada vez mais liberada da outrora subordinação à economia cafeeira. Assim, à demanda externa que movia o complexo exportador e, este, por sua vez, fomentava o crescimento industrial registrado entre as décadas de 1880 e 1920, passou a ser substituída pela demanda proveniente do mercado interno. A industrialização que teve início no Brasil transcorreu a partir daí tardiamente. Enquanto a indústria que ganhou impulso foi a de bens de consumo não duráveis, vários países na Europa e Estados Unidos encontram-se, à época, com o desenvolvimento industrial bem mais avançado. (POCHMANN 2016, p. 80).

<sup>8</sup> O conservadorismo político mediado pela presença predominante do autoritarismo impossibilitou a realização de reformas civilizatórias do capitalismo. Sem as reformas fundiária, tributária e social, o progresso econômico representado pelo avanço considerável da industrialização permaneceu fundamentalmente concentrado em segmentos privilegiados da população. (POCHMANN 2016, p. 104).

incentivos públicos aos investimentos e à proteção concorrencial. Por outro lado, a muleta do Estado que poderia ter sido parcial e provisória se tornou plena e permanente, transformou-se numa das principais características da industrialização tardia no Brasil. O comportamento defensivo-especulativo e de aversão ao risco, especialmente nos momentos de crise dinâmica, ajuda a entender os limites financeiros e tecnológicos do capital industrial no país (LESSA; DAIN, 1983; FIORI, 2003 apud. POCHMANN 2016, p. 105).

Em seguida houve outro grande projeto de crescimento econômico e industrial no Brasil, o Plano de Metas. O governo JK (1956 – 1960) foi marcado pelo seu reconhecido caráter desenvolvimentista. Durante esse período foi desenvolvido e implantado o Plano de Metas que tinha como slogan “*Cinquenta anos em cinco*”. Prometia cinquenta anos de desenvolvimento em cinco anos de governo. Com o intuito de substituir as importações de bens de consumo duráveis e bens de capital, implantou uma série de metas de crescimento em áreas estratégicas. O Plano de Metas obteve êxito e o país alcançou altas taxas de crescimento. Em contrapartida o Estado imergiu em denso endividamento referente aos empréstimos contraídos para tocar em frente o ambicioso empreendimento. Sem contar a abertura do país ao capital internacional na forma de investimentos e instalação de empresas multinacionais (POCHMANN 2016).

Anos depois, em plena ditadura militar, durante o governo Geisel (1974-1979), foi lançado o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento. Almejava-se reduzir a dependência do Brasil em relação à economia internacional e fortalecer a indústria local, mas recorreu ao financiamento estrangeiro para implementar o projeto. Carregado de semelhanças com o Plano de Metas da era JK o 2º PND também buscava corrigir os pontos de estrangulamento da economia brasileira, solucionar o problema da dependência nacional das importações, dentre outros. Como ocorreu no governo JK, houve aumento do crescimento econômico. Mas por outro lado o país mais uma vez amargou alto endividamento externo.

Com a chegada ao poder no Brasil de governos liberais em 1990 com Collor e em seguida em com FHC (1995 - 2002 por dois mandatos consecutivos) puseram fim ao Estado Desenvolvimentista. E propagaram uma onda de privatização do setor produtivo, entregando áreas estratégicas da economia nacional nas mãos de grupos de investidores estrangeiros. Desde então, até os dias atuais, a indústria nacional segue a rota da estagnação, ora mergulha na recessão, ora goza de tímidas taxas de crescimento.

Na vigência do governo Lula, que também governou por dois mandatos consecutivos (2003 a 2010) foi sustentada a agenda liberal que estava em vigor nos governos anteriores.

O Presidente Lula assume em primeiro de janeiro de 2003 e mantém a política macroeconômica que vinha sendo executada desde 1999, apoiada na combinação do regime de metas de inflação com o câmbio flutuante e a política de geração de superávit fiscal primário, visando a continuidade do controle inflacionário. Para cumprir as metas de inflação, o Banco Central continua fixando a taxa básica de juros em patamares muito elevados, a despeito de todos seus efeitos perversos. (CANO; SILVA 2010, p. 06)

O neodesenvolvimentismo foi novamente colocado em pauta, mas ao contrário do desenvolvimentismo ocorrido da década de 1950, em que houve uma grande onda de expansão da economia, com destaque especial para a indústria, embora ao custo de pesado endividamento contraído do capital internacional, o que se verificou foi a adoção de planos de incentivo, isenções fiscais e outras medidas paliativas de pouca envergadura<sup>9</sup>.

Dando continuidade à política econômica da era Lula, a gestão da presidente Dilma Rousseff, a partir de 2011, seguiu uma linha de condução semelhante à do seu antecessor com relação à indústria. O que se seguiu foram planos de crescimento com pouca ambição e com resultados tímidos.

Em suma, a definição de uma estratégia nacional de desenvolvimento – instituição-chave para o crescimento de acordo com os novos-desenvolvimentistas – não avançou de modo substantivo durante o primeiro governo Dilma. No mesmo sentido, é possível afirmar que a agenda de reformas para fortalecimento do Estado e para construção da adequada regulação dos mercados pouco avançou durante esse período (CURADO 2017 p, 10).

Como ficou provado não tem havido nas últimas décadas, mesmo após sucessivos governos, medidas efetivas de crescimento da indústria nacional. O que se tem proposto são medidas de baixo impacto, muito diferentes das ações do passado, e que mesmo assim acontece de não serem levadas a cabo. Com o passar dos anos a indústria brasileira tem perdido participação no PIB e no mercado internacional<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Apesar das inúmeras iniciativas, as quatro macrometas da PDP estabelecidas em 2008 para 2010 não serão atingidas. Fundamental para a estratégia de sustentação do crescimento, a principal meta da PDP (alcançar investimento de 21% do PIB em 2010) deverá ser também a maior frustração da política para o período, decorrente em boa medida da crise econômica que levou ao adiamento dos investimentos, principalmente na indústria. (CANO; SILVA 2010, p.17). O que foi a PDP? Batizada de Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP e apoiando-se em diversos tipos de medidas (tributária/fiscal, financiamento, poder de compra por parte do governo, aprimoramento jurídico, regulação e apoio técnico, a nova política tem como objetivo a sustentação de um longo ciclo de desenvolvimento produtivo, apoiado no investimento, na inovação, na competitividade das empresas e na ampliação das exportações. Entre outros instrumentos, o novo programa propõe a desoneração de diversos setores produtivos correspondente a uma renúncia fiscal de R\$ 21,4 bilhões entre 2008 e 2011. (CANO; SILVA 2010, p.12).

Alguns autores afirmam que está em curso um processo de “Desindustrialização”. O termo “desindustrialização”, ainda é tema de discordância entre os estudiosos do assunto, e deve ser usado com cuidado para evitar equívocos.

O conceito "clássico" de "desindustrialização" foi definido por Rowthorn e Ramaswamy (1999) como sendo uma redução persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região. Com base nesse conceito, os assim chamados países desenvolvidos ou do "primeiro mundo" teriam passado por um forte processo de desindustrialização a partir da década de 1970; ao passo que a América Latina teria passado pelo mesmo processo na década de 1990, o que coincide com o período de implantação das políticas liberalizantes associadas ao "consenso de Washington". (OREIRO; FEIJÓ 2010)

Para se determinar se uma economia está em processo de desindustrialização ou não é preciso o estudo de uma infinidade de fatores e indicadores o que torna a conclusão difícil de determinar. Com consenso ou não a desindustrialização é entendida como perda da participação no PIB e na manutenção de postos de trabalho na indústria. Os estudos revelam que esse fenômeno tal qual descrito acima, começou a ser observado por volta de 1970 nos países centrais capitalistas e que seria reflexo da flexibilização da produção e da recorrente onda de terceirizações (OREIRO; FEIJÓ 2010).

No caso brasileiro as divergências entorno do termo também persistem. Não há unanimidade nas análises se a economia está se desindustrializando ou não. Há pesquisadores que afirmam que sim, enquanto que há outros que defendem que não e que não existem dados contundentes para se chegar a uma conclusão. As opiniões divergem diametralmente. Vejamos como são contrárias as opiniões acerca do processo de desindustrialização. “Em síntese, o esvaziamento da indústria no produto nacional ou na ocupação geral não implicaria desindustrialização, mas uma trajetória constitutiva da sociedade de serviços, ainda dependente da liderança do capital industrial” (POCHMANN 2016, p.54).

---

<sup>10</sup> Contudo, a lembrança de alguns dados recentes talvez sirva para esclarecer melhor esta questão. Tínhamos, ao findar a década de 1970, o oitavo parque industrial do mundo e o peso de nossa indústria de transformação no PIB, em 1980, era de 32,4% – dos mais altos do mundo. Ingressados na crise, contudo, e depois, pior, no neoliberalismo, vimos aquela cifra baixar para 16,9% em 2002 e cair ainda mais em 2009, para 15,5%. Isto mostra que a propalada “recuperação” ora festejada é enganosa, haja vista que nos últimos 10 anos a taxa de crescimento dessa indústria foi medíocre, a metade da baixa taxa do PIB. (CANO; SILVA 2010, p. 22)

Um dos primeiros estudos a apontar para a desindustrialização da economia brasileira foi Marquetti (2002). Segundo dados apresentados por esse autor para a indústria de transformação, a economia brasileira teria passado por um processo de desindustrialização nas décadas de 1980 e 1990 tanto em termos da participação do emprego como da participação no valor adicionado. Segundo Marquetti, a "desindustrialização" ocorrida nesse período teria sido consequência do baixo investimento realizado na economia brasileira, particularmente na indústria. Argumentos contrários à tese de desindustrialização foram apresentados por Nassif (2008). Segundo esse autor, "Não se pode falar que o Brasil tenha passado por um processo de desindustrialização porque não se assistiu a um processo generalizado de mudança na realocação de recursos produtivos e no padrão de especialização dos setores com tecnologias intensivas em escala, diferenciada e *science-based* para as indústrias baseadas em recursos naturais e em trabalho" (p. 89). (OREIRO; FEIJÓ 2010)

Essas mudanças ocorridas no interior das forças produtivas nos países desenvolvidos a partir de 1970 provocaram uma virada na economia e mudaram o arranjo do setor produtivo nos países capitalistas, com reflexos diretos para as economias dependentes. Foi por volta de 1990 que os efeitos da flexibilização produtiva e da globalização começaram a manifestar seus efeitos desastrosos no Brasil<sup>11</sup>.

Mas de que forma se dá a desindustrialização? A facilidade de circulação de mercadorias no mercado global possibilitou a entrada de produtos com custos de produção bem mais baratos em diversas regiões do planeta, inclusive em países que não estavam preparados para lidar com essa concorrência. O mercado nacional não possuindo meios de competir com mercadorias vindas de fora com preços mais acessíveis que as produzidas por sua própria indústria, perdeu competitividade e sucumbiu: "O caminho natural, nestas circunstâncias, passou a ser a especialização em torno dos bens de contido valor agregado, geralmente dependentes dos recursos naturais e da mão de obra de baixo custo" (POCHMANN 2016, p, 62)

A manufatura que era produzida no parque industrial interno agora é repostada por fabricas situadas em remotas regiões do planeta. A produção interna foi sendo substituída pela importação. Os efeitos desse processo para as economias dependentes são drasticamente negativos. Com a desindustrialização os montantes de investimentos que seriam empregados na indústria e que a longo prazo, asseguraria um crescimento econômico mais robusto e

---

<sup>11</sup> O equívoco maior parece ter se localizado na década de 1990, com a adoção das políticas econômicas neoliberais. A brusca abertura comercial, financeira e produtiva não apenas expôs irresponsavelmente o parque industrial sem oferecer condições isonômicas de competição externa, como levou à decomposição do Estado desenvolvimentista. (OREIRO & FEIJÓ 2010)

consequentemente maior participação no PIB, são redirecionados para setores de menor produtividade<sup>12</sup>. Desse modo o que se segue é menor crescimento, baixo desenvolvimento, baixo retorno para a economia. Para compensar a perda de competitividade em produtos mais elaborados, as indústrias dos países dependentes recorrem a produção de mercadorias de baixo valor agregado, com maior emprego de recursos naturais e de baixo conteúdo tecnológico. É a *re-primarização* da economia (OREIRO; FEIJÓ 2010).

Há sinais preocupantes que indicam que, a partir de 1990 a especialização da economia brasileira está regredindo para atividades com uso acentuado de recursos naturais e de emprego tecnológico. Tendo uma industrialização que não acabou de se desenvolver o Brasil já começa a percorrer o caminho inverso. A fase de expansão industrial brasileira iniciada nos governos desenvolvimentistas na década de 30 foi interrompida no início dos anos 90 marcado com a chegada ao poder do governo com viés neoliberal<sup>13</sup>.

Com a desindustrialização e re-primarização da economia o Brasil não avançará, para além de fornecedor de produtos primários e de matéria prima. A economia estará centrada na produção de mercadorias de baixo valor agregado, baseada no alto consumo de recursos naturais. Dessa forma o Brasil continuará a ser o país exportador de *commodities*. Seguindo o caminho da re-primarização de seu parque industrial, o Brasil permanecerá na condição de economia subdesenvolvida e dependente, situação que o país não superou e que se perpetua ao longo de toda a sua história.

Após a desindustrialização a mão-de-obra migra para o setor de serviços, que é o ramo da economia que abrange atividades de comércio, bens e prestação de serviços. O termo serviços por ser um conceito muito amplo também é denominado como intangíveis. Os serviços oferecidos são praticamente incontáveis o que torna difícil a sua compartimentação para uma análise mais precisa. São alguns exemplos do setor de serviços: atividade bancária, administração pública e privada, o trabalho dos professores, advogados etc. E também fazem parte desse elenco os serviços oferecidos pela grande área que é o comércio. (MONARO; FILHO; KOMATSU 2016).

Para facilitar a classificação eles foram divididos em segmentos que são:

<sup>12</sup> [...] o processo de desindustrialização ocorrido nesse período [1980 e 1990] seria essencialmente negativo sobre os prospectos de crescimento da economia brasileira, haja vista que estaria associado à transferência de recursos e de trabalho da indústria para setores com menor produtividade do trabalho, gerando assim um menor crescimento do produto potencial no longo prazo. (OREIRO & FEIJÓ 2010).

<sup>13</sup> A desconstrução do Estado desenvolvimentista a partir do final da década de 1980 foi acompanhada do enfraquecimento do capital industrial. (POCHMANN 2016, p, 104)

- Comércio;
- Turismo e lazer;
- Educação;
- Restaurantes;
- Hospitais;
- Bancos e consultoria;
- Transportes e serviços de entrega;
- Corretagem de imóveis;
- Consertos, manutenções e assistência técnica em geral;
- Atendimento (pessoal, *telemarketing*, call-centers);
- Serviços administrativos e jurídicos, entre outros;
- Marketing e publicidade.

Assim, o trabalhador demitido do setor industrial, normalmente se reinsere no mercado de trabalho no setor de serviços, especialmente aquela parcela sem qualificação profissional que na indústria desempenhava funções de baixa escolaridade.

### **1.3 Transformações no mundo do trabalho e consequências para a classe trabalhadora**

O mundo do trabalho, sobretudo na indústria, vem passando constantemente por transformações. Após a crise de 1970 umas das formas de resposta dadas à turbulência que perturbou o modo de produção capitalista foi um ataque aos direitos sociais adquiridos pela classe trabalhadora. O mundo do trabalho sofreu importantes transformações a partir de então (ANTUNES 2000).

O modo de produção capitalista como não pode eliminar a força de trabalho de seu processo, busca continuamente meios para diminuí-la, desregulamentá-la e precarizá-la. A introdução de inovações tecnológicas no interior das fábricas possibilitou o corte de enorme contingente de trabalhadores e a precarização (por via de maior exploração) das condições de trabalho de tantos outros. Tendo reduzido o número de trabalhadores ao mínimo necessário para o funcionamento da produção, o capitalista por seu lado reduziu muito também o poder de negociação dos trabalhadores frente aos patrões. O trabalhador tem suas chances drasticamente reduzidas quando vai lutar por seu direito ou por melhorias das condições de trabalho. O elevado número do desemprego e o exército industrial de reserva sempre são

armas utilizadas pelos patrões para fazerem recuar a classe trabalhadora. Esses são alguns dos efeitos perversos da flexibilização da produção sobre a classe trabalhadora. Consequentemente e não menos pior a fragmentação da classe.

Desde seu início a indústria do Brasil teve à sua disposição farta mão-de-obra. Com a abolição da escravatura houve um considerável incremento ao excedente de mão-de-obra após a liberação da força de trabalho dos então escravos, que estavam contidos dentro das fazendas. A classe trabalhadora brasileira estava em transição da economia predominante agrária, para uma economia em fase de industrialização. A primeira guerra mundial deu forte impulso à indústria brasileira. Mão-de-obra barata e em quantidade considerável e matéria-prima abundante, entre outros incentivos, foram as principais benesses que os capitalistas desfrutavam para a instalação de suas empresas estrangeiras no Brasil.

A principal motivação para as inovações tecnológicas de uma linha de produção é alcançar a fabricação da maior quantidade de mercadoria possível em um menor espaço de tempo e com o menor número de trabalhadores envolvidos. Sendo assim não é difícil concluir que a cada inovação implantada para a modernização da indústria é a classe trabalhadora que sai perdendo.

Foi a partir da crise capitalista de 1970 que se lançou o maciço ataque, por parte do capital, sobre a classe que vive do trabalho. O pior de toda a sua história segundo Antunes. A partir dessa época deu-se início uma onda de desregulamentação, terceirização e precarização que a classe trabalhadora nunca tinha vivenciado antes. Desde então tem ocorrido uma acentuada diminuição do número de trabalhadores nas fábricas, possibilitada pelo incremento tecnológico que já havia ocorrendo ao longo dos anos e pela reorganização da linha de produção rearranjada de forma a permitir que se opere com a menor utilização de trabalho vivo possível, pondo em prática o conceito de “fábrica enxuta” (ANTUNES 2000).

Por outro lado, tem havido aumento no emprego de mão-de-obra terceirizada, subcontratada. Aumento da participação da força de trabalho feminina. E ainda nos países subdesenvolvidos há utilização de crianças no mercado de trabalho. Nessa fase do capitalismo, o principal parceiro do capital nessa cruzada contra o trabalhador é o Estado (sempre infiltrado pela burguesia), esse último se tornou refém do grande capital.

Houve uma expansão do capital para o setor de serviços, onde há uma ampla gama de serviços oferecidos, desde serviços médicos, setor de educação (sobretudo a educação superior), passando por segurança pública, comunicações etc. O grande capital agora não está mais só na indústria ele migrou para uma infinidade de setores, e os movimentos sindicais que

antes se organizavam entorno das fábricas, agora não estão conseguindo acompanhar esse movimento. Está enfraquecido e desmobilizado.

Em escala mundial o capitalista busca incessantemente flexibilizar as leis a seu favor, retirando do trabalhador os direitos adquiridos. Minando sua resistência, cassando seus direitos, criminalizando as lutas sindicais e naturalizando os níveis cada vez maiores de desemprego e pauperização. Tem se verificado um aumento significativo da superpopulação relativa e queda do poder de compra das famílias no decorrer dos anos. Os direitos sociais dos trabalhadores estão sendo tratados como impêdiço aos avanços do capitalista. Nas fábricas os operários têm que se desdobrar, pois seus patrões esperam que sejam polivalentes, eficientes e altamente produtivos. Há uma falsa aproximação entre a empresa e o proletariado, esse já não é mais chamado de empregado, mas de colaborador, associado. É levado a acreditar que a empresa é uma extensão de sua casa. (ANTUNES 2000)

Analisando os fatos podemos concluir que, todas as medidas que o capital tomou como resposta à crise que culminou com o fim dos “*anos dourados*”, no fundo pretende mesmo é enfraquecer ou até mesmo acabar com as formas de coletividade organizada dos trabalhadores. Seja criminalizando as associações sindicais, promovendo a judicialização das greves tornado-as ilegais sob pena de multas pesadas contra os sindicatos, seja pela alienação cada vez maior dos trabalhadores, condicionadas pelas cada vez mais frequentes terceirizações<sup>14</sup>. Dentre as inúmeras modalidades de contratos de trabalho o mais grave acontece com os trabalhos temporários, na qual o trabalhador não tem nenhum vínculo empregatício com a empresa tomadora de sua mão de obra. Ele fica exposto à exploração desmedida imposta pela reestruturação produtiva.

A flexibilização produtiva tem como marcas: desverticalização do setor produtivo, ou seja, as corporações retalham os processos produtivos. Antes a mercadoria que era produzida em suas próprias linhas de produção, agora é dividida pelas fábricas de várias outras empresas menores, onde a exploração, as condições de trabalho são ainda mais insalubres. E é onde se verifica maior extração e mais valia. Como exemplo emblemático em escala planetária vamos citar a *Nike*, gigante norte americana do ramo da produção de calçados esportivos. Essa empresa mobiliza um contingente impressionante de milhares trabalhadores, porém menos de

---

<sup>14</sup> Quando ocorre a terceirização, ocorre também a secção do sindicato, porque uma empresa terceira pode prestar seus serviços dentro do ramo metalúrgico, mas pertencer ao sindicato da construção civil, por exemplo, isso depende da origem de sua especialização. Mas o que é importante frisar é que esse desmembramento de sindicato faz com que se torne difícil o processo de desalienação dos trabalhadores uma vez que cada segmento de sindicato tem uma proposta e reivindicação particulares, o que torna as lutas individuais e consequentemente mais frágeis.

10 por cento desse contingente fazem parte de seu quadro de efetivo próprio (ANTUNES 2000).

A outra parcela restante, a maioria esmagadora, é explorada em subempregos análogos à escravidão sem a menor condição de trabalho, à margem dos direitos e das frágeis leis trabalhista de seus países. São características da terceirização: alta-rotatividade da mão de obra. *As frequentes licitações entre terceirizados impostas pelas empresas que contratam os serviços na busca por preços menores provoca uma rotatividade, que culmina com a redução de postos de trabalho, corte de benefícios, salários mais baixos, altos índices de acidentes de trabalho*<sup>15</sup>. Essa é mais uma ofensiva contra os trabalhadores e tentativa de aniquilamento das organizações sindicais.

A acumulação flexível torna o trabalhador vulnerável, a partir do momento em que o distancia dos movimentos sindicais e o atira na cada vez mais intensa precarização de suas condições de vida e de trabalho. Os efeitos mais danosos ao trabalhador terceirizado e os de mão - de - obra temporária é que tem reduzida ou anulada a possibilidade de se reconhecerem como classe. Com isso os tornam seres cada vez mais individuais que não conseguem enxergar suas potencialidades e não são capazes de reivindicar para si os seus direitos. Essa é a porta aberta que o capitalista encontra para intensificar a sua exploração e extração da mais valia.

A flexibilização das leis trabalhistas tenta tornar a força de trabalho manobrável, a bel prazer do capital. Essa flexibilização só vai favorecer o desemprego e a precarização crônica da população subalterna, e isso é fato, como também proporciona a intensificação de todas as expressões da questão social

Enquanto classe trabalhadora, *só nos resta resistir*, pois somos os principais afetados pelas implacáveis investidas do capital sobre nossos direitos. Devemos nos unir e resgatar o poder dos sindicatos, sermos mais participativos na política, valorizando nosso voto e fiscalizando nossos candidatos. Lutar, questionar, subverter a ordem atual e fazer renascer o *sujeito revolucionário* que tem o poder de mudar essa dura realidade. Essa revolução tem que começar de baixo tendo o proletário como protagonista e condutor da classe rumo ao interesse comum da categoria, uma sociedade para além do capital.

Como conclui Antunes (2000) :

---

<sup>15</sup> Pude constatar pessoalmente a ocorrência desses fatos no período em que fui trabalhador no ramo da indústria em Ouro Preto/MG.

Essas mutações criaram, portanto uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais etc., sem falar na divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho. (ANTUNES 2000, p.185)

## CAPÍTULO 2: Condições de trabalho em Ouro Preto

Neste capítulo abordaremos características da formação sócio histórica de Ouro Preto-MG e traremos a análise dos dados sobre o mercado de trabalho formal da cidade, no ano de 2017. Para confecção da pesquisa documental nos apoiamos nos dados levantados pelo “Cadastro Geral de Empregados e Desempregados” (CAGED), disponível no site do Ministério do Trabalho em sua página de “Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda” (ISPER). Como já situado anteriormente a retração das atividades da indústria é um processo histórico e crescente em Ouro Preto. Contudo, o rompimento da Barragem de Fundão trouxe novos determinantes para a situação do emprego, em especial, na indústria, como também para a arrecadação municipal, o que impacta na qualidade de vida de toda população. Portanto a escolha do referido recorte de tempo se justifica pelo impacto sofrido no Município de Ouro Preto desde o crime da Samarco.

### 2.1 Formação sócio histórica de Ouro Preto-MG

Não poderíamos abordar a formação sócio histórica de Ouro Preto, sem antes, situar as características centrais do contexto colonialista na América Latina. Para tanto, nos apoiamos nas contribuições de Fernandes (1975, p. 13), que expõe as variadas formas de dominação externa sobre este território, ao longo de sua história. O período colonial, para o autor, constitui-se como a primeira forma de dominação externa, pautado na exploração ilimitada e na escravização de nativos, africanos e mestiços. Outra característica colonialista consistia na submissão dos colonizadores à vontade das Coroas.

Os colonizadores eram submetidos à vontade e ao poder das Coroas de Espanha e Portugal, às quais deviam, como vassallos, obediência e lealdade. Essa identidade de interesses, das Coroas e dos colonizadores, sofreu várias rupturas. Não obstante, permitiu tanto o endosso dos interesses dos colonizadores pelas Coroas como, inversamente, uma orientação de valores pela qual os colonizadores agiam em benefício dos interesses das Coroas. Em termos sociológicos, os fundamentos legais e políticos dessa dominação colonial exigiam uma ordem social em que os interesses das Coroas e dos colonizadores pudessem ser institucionalmente preservados, incrementados e

reforçados, sem outras considerações. Isso foi conseguido pela transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão (de nativos, africanos, ou mestiços). Assim, uma combinação de estamentos e castas produziu uma autêntica sociedade colonial, na qual apenas os colonizadores eram capazes de participar das estruturas existentes de poder e de transmitir posição social através da linhagem “europeia”.

No século XVII, o capitalismo Europeu vivia sua fase mercantil, o que significou a exploração de novos territórios do mundo, mais especificamente da América, da África e da Ásia, com intuito de se apropriar das riquezas locais, em especial dos metais preciosos. Essa exploração foi marcada pela violência, escravização e comercialização dos povos nativos. Neste contexto, Portugal e Espanha não possuíam uma estrutura econômica forte o suficiente para sustentar o funcionamento das atividades mercantis, que mais tarde será assumido pela Inglaterra, que juntamente à França e Holanda representavam as economias dominantes (FERNANDES, 1975).

Por volta do ano de 1698 (final do século XVII), exploradores bandeirantes vindos do estado de São Paulo, ao avançarem na lavra do terreno, que hoje consideramos como município de Ouro Preto, descobriram a existência de ouro em abundância. Não levou muito tempo até a corrida do ouro atrair para a região numerosos aventureiros em busca de riqueza. Os mineradores se espalharam em diversas frentes de trabalho, distantes entre si. A partir de então, vários arraiais se formaram e, mais tarde, foram juridicamente agrupados formando a cidade de Vila Rica (MANTOVANI, 2007).

Em determinado momento da exploração aurífera, Vila Rica se tornou a principal cidade do Império Português, tendo mais moradores que a própria capital de Portugal, Lisboa. A partir de seu rápido povoamento<sup>16</sup>, apesar de ser um município pequeno, Vila Rica ocupou um lugar de destaque na economia nacional. Além do ouro, seu solo, também é abundante em minério de ferro. Desta forma, mesmo durante o período do Brasil colônia, a cidade de Ouro Preto foi considerada uma das mais importantes de todo império, dada a sua notoriedade econômica e política.

Souza e Reis (2006, p. 04) apontam que, apenas 3% da mão de obra utilizada para as atividades de mineração, nos anos de 1700, era constituída de homens livres. A posse de pessoas escravizadas representava status social aos colonizadores, que utilizavam o trabalho

---

<sup>16</sup> O início da ocupação em Ouro Preto coincidiu com o auge da corrida do ouro, ocorrendo durante as primeiras décadas do século XVIII, com intensas atividades mineradoras subterrâneas e a céu aberto, em vales e em encostas, principalmente na Serra de Ouro Preto (Sobreira & Fonseca, 2001). A ocupação se deu rapidamente em forma de núcleos esparsos, localizados junto a córrego de exploração aluvião, ou junto aos morros de maior ocorrência aurífera (OLIVEIRA; SOBREIRA 2015, p.869).

deste enorme contingente de pessoas em toda atividade econômica. A escolha pela escravização de pessoas africanas está vinculada ao conhecimento técnico que os povos da África possuíam sobre a mineração. Antes da incorporação da mão de obra escravizada, nos primeiros anos de 1700, os mineradores recolhiam o ouro e o separavam com pedaços de pau. O ouro era colocado em pratos de estanho ou gamelas de madeira. Esse processo foi aperfeiçoado pela adoção da bateia, única técnica de apuração final do ouro, que foi utilizada durante todo o século XVIII e por parte do XIX. Esta técnica de origem africana “representava um avanço na técnica de apuração”.

Ao que parece, muitas técnicas, senão a maior parte delas, usadas e indispensáveis nas várias etapas do processo mineratório – extração, remoção e beneficiamento – foram trazidas pelos escravos africanos, como bateia, canoas e carumbé. Cumpre lembrar que o processo de fundição do minério aurífero e de ferro, com utilização de fornalhas e foles, já era conhecido e usual no continente africano, como na África Central, hoje Zimbábwe, antes de 1500. Nas palavras de Davidson Basil<sup>17</sup> este fato “revela a capacidade inventiva dos Africanos, pois o princípio básico destas fornalhas não diferia do dos fornos modernos” (SOUZA; REIS, 2006, p.04).

A atividade mineradora começa a dar sinais de esgotamento no final do século XVIII. Na tentativa de reverter esse movimento, D. João VI convida mineralogistas de vários lugares do mundo para estudar a realidade brasileira. Neste sentido, são incorporadas novas técnicas na tentativa de dinamizar a mineração. Ainda que tenha havido um incremento tecnológico, as técnicas africanas, consideradas arcaicas pelos estudiosos, foram mantidas, tendo em vista sua capacidade de produção. É neste contexto histórico, final do século XVIII e início do século XIX, que as companhias estrangeiras terão abertura para definir os rumos da atividade econômica brasileira.

De acordo com Fernandes (1975) este contexto histórico demarca a consolidação do padrão de dominação neocolonialista na América Latina, sob o comando das nações europeias, em especial, a Inglaterra. A produção pautada na exportação imediata já estava organizada, a partir de custos mínimos, tendo em vista a produção pautada no trabalho escravo. Por outro lado, a ausência de produtos de alto valor econômico e a existência de um mercado consumidor relativamente amplo tornou mais atraente a manutenção estratégica do investimento nas esferas comerciais e financeiras.

Com a dominação neocolonial não havia mais apropriação, por parte das Coroas, de um volume considerável da produção de bens primários. A dominação externa tornou-se

---

<sup>17</sup> DAVIDSON, Basil. A descoberta do passado da África. Lisboa: Codex, 1981.

indireta e objetivou a expansão das agências comerciais e bancárias na América Latina, além de propor formas variadas de associação entre agentes e interesses locais e nacionais. A política comercial adotada pela Inglaterra neste contexto, impulsionou a criação de mercados capitalistas modernos, nos centros urbanos das ex-colônias.

Para Fernandes (1975, p.16) o neocolonialismo teve uma função importante na dinamização da Revolução Industrial: “Ele foi uma fonte (através do “comércio triangular”) de acumulação de capital nos países europeus, especialmente na Inglaterra, e originou diversos mercados nacionais em crescimento postos sob reserva, vitais para o desenvolvimento do capitalismo industrial”.

Após o término do que a historiografia clássica convencionou chamar de “ciclo do ouro”, na região das minas, Ouro Preto passou por difíceis momentos econômicos. Sendo a economia do município baseada, majoritariamente, na extração do ouro, a economia local mergulhou em profunda dificuldade. Muito semelhante à situação do Brasil, com relação à crise sofrida em 1929, quando a economia nacional se sustentava, unicamente, na produção e exportação cafeeira. Assim também, a economia ouro-pretana, em 1785, tinha apenas o garimpo, como força econômica impulsora. Além da atividade extrativista, a cidade contava apenas com a pequena agricultura de subsistência e o comércio local, sendo preciso recorrer a importação de produtos básicos de alimentação, vestuário, etc. de outras cidades (MANTOVANI, 2007).

De acordo com Mantovani (2017), em contraste com outras cidades de Minas Gerais, não havia em Ouro Preto uma produção variada, que possibilitasse o sustento da economia regional. A cidade de São João Del Rei, além de sua atividade mineradora, possuía produção agrícola, pecuária e posição privilegiada na rota do comércio de bens e alimentos, tendo nestes uma válvula de escape para minimizar os impactos da crise do ouro. O mercado do sul de Minas Gerais sobrevivia do abastecimento da região mineradora com gêneros de primeira necessidade, como também diversificou sua produção, com o cultivo do café para o mercado externo.

A situação de Ouro Preto se agravou, ainda mais, quando a cidade perdeu o título de capital mineira, em 1897 (posto que mantinha desde 1720). Isto ocorreu, tendo em vista a impossibilidade do desenvolvimento físico urbano da cidade. Desta forma, todo o aparato burocrático foi transferido para Belo Horizonte, que havia sido preparada especialmente para isso. Essa mudança provocou o esvaziamento demográfico da cidade, com a transferência do funcionalismo público para a nova capital, deixando Ouro Preto em sérias dificuldades econômicas.

A alteração da condição econômica de Ouro Preto só ocorre em 1934, quando é criada a Eletro Química Brasileira S/A – ELQUISA, produtora de alumínio. Essa empresa, no ano de 1950, passou a ser controlada pelo grupo canadense Alcan tornando-se Alcan Alumínio do Brasil. Paralelamente, diversas empresas do ramo industrial foram se instalando no município, tanto no setor metalúrgico, como no da mineração. O solo de Ouro Preto abriga ricas jazidas de minério de ferro, matéria prima fundamental para produção de diversas mercadorias<sup>18</sup>, o que explica a presença de empresas mineradoras na região, entre elas a Vale<sup>19</sup> e a Samarco<sup>20</sup>.

Com o passar dos anos e com a industrialização consolidada, o município de Ouro Preto alcança estabilidade econômica e desponta como importante polo industrial<sup>21</sup> mineiro, que abrigava empresas de grande porte, nos ramos metalúrgicos e da mineração de minério de ferro. É oportuno destacar que o início da industrialização de Ouro Preto coincide justamente com o período de afloramento da industrialização brasileira, durante os seus dois ciclos de grande expansão: as décadas de 1930 e 1950.

Na década de 1950 as portas do país se abriram para entrada de capital e investimento de estrangeiros. A incorporação da Elquisa à Alcan é uma expressão desse processo. É interessante percebermos como os dilemas da América Latina se expressam na industrialização de Ouro Preto: Primeiro a riqueza natural da cidade foi cobiçada por exploradores que se assentaram, lavraram, lucraram. Em seguida, quando superada a exploração direta e rustica dos recursos naturais, sem qualquer aparato de tecnologia, inicia-se a fase da implantação da indústria, que surgiu para atender não às demandas do mercado interno, local e nacional, mas destinada à exportação.

É importante ressaltar, de acordo com Fernandes (1975), que a década de 1950 representa a consolidação do padrão de dominação externa denominado “imperialismo total” na América Latina. Este modelo de dominação envolve um controle externo igual ao

---

<sup>18</sup> O minério de ferro é utilizado para a produção de aço; Também é utilizado como liga metálica para a produção de ferramentas, máquinas, veículos de transporte (automóveis, navios, etc) e, ainda, como elemento estrutural de pontes e edifícios, além de uma infinidade de outras aplicações.

<sup>19</sup> A Vale do Rio Doce é uma mineradora, produtora de minério de ferro, de pelotas, de níquel, manganês, ferroliga, cobre, bauxita, potássio, caulim, alumina e alumínio. A Vale do Rio Doce foi criada no Governo Getúlio Vargas, em 01/06 de 1942. Enquanto mantinha o caráter estatal, a empresa controlava a exploração do minério, a partir dos interesses nacionais. Em 1997, no Governo Fernando Henrique Cardoso, a Vale do Rio Doce é privatizada, tornando-se apenas “Vale”. A privatização teve um impacto para a condição do emprego, tendo em vista o enxugamento dos postos de trabalho e a precarização das condições de trabalho.

<sup>20</sup> A mineradora brasileira Samarco foi criada em 1977 e, atualmente é um empreendimento conjunto entre a Vale e a BHP Biliton, mineradora e petrolífera anglo-australiana. Tanto a Vale, quanto a BHP possuem 50% das ações da Samarco respectivamente.

<sup>21</sup> Fatos históricos de relevo ocorridos na indústria de Ouro Preto. Em 12 de dezembro de 1812 deu início ao funcionamento a que viria a ser a primeira usina siderúrgica do Brasil. Com o nome de Fabrica Patriótica estava localizada na cidade de Congonhas do campo, município de Ouro Preto naquela época, a fábrica funcionou por onze anos (IPHAN).

proporcionado pelo antigo sistema colonial, porém, nas condições de um moderno mercado capitalista, marcado pelos avanços tecnológicos e pela partilha da dominação externa por diferentes países, dentre as quais, os Estados Unidos, como superpotência, alguns países europeus e o Japão, parceiros menores, mas dotados de poder hegemônico.

Ainda de acordo com as contribuições de Fernandes (1975, p.18), o imperialismo total organiza a dominação externa

a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc.

Assim como, nos demais padrões de dominação, as transformações econômicas e políticas são direcionadas por agentes e capital externos, o que acirra, ainda mais, a condição de dependência latino-americana. A burguesia brasileira, por sua vez, opta por manter a economia nacional pautada no modelo exportação-importação, servindo-se da condição de subdesenvolvimento para apropriar-se de mais-valia absoluta e da pauperização da condição de vida dos trabalhadores.

Assim, as diferentes transições da economia colonial para a economia nacional ou da escravidão e do capitalismo comercial para o capitalismo industrial sempre produzem três realidades estruturais diversas. Primeiro, a concentração de renda, do prestígio social e do poder nos estratos e nas unidades ecológicas ou sociais que possuem importância estratégica para o núcleo de dominação externa. Segundo, a coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas em diferentes “épocas históricas”, mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e a expansão de toda a economia, como uma base para a exploração externa e para a concentração interna da renda, do prestígio social e do poder (o que implica a existência permanente de uma exploração pré ou extracapitalista, descrita por alguns autores como “colonialismo interno”). Terceiro, a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, como um requisito estrutural da estabilidade e do crescimento de todo o sistema (FERNANDES, 1975, p. 20).

Portanto, a criação da indústria em Ouro Preto ocorreu de forma estranha às necessidades imediatas da população, que assistiu à inserção das fábricas, o que, por sua vez, aumentou o quantitativo de vagas de emprego e estimulou a economia, mas também levou à exaustão dos recursos naturais e degradação do meio ambiente. Além disso, há um desconhecimento sobre a qualidade dos produtos fabricados, como também sobre sua finalidade, o que demarca uma produção pautada nas necessidades do mercado e de extração de mais-valia.

Em 2005 a Alcan anuncia seu desmembramento e cria a Novelis, que em 2007 torna-se Hindalco Industries Limited, multinacional do ramo de laminados de alumínio, considerada uma das maiores produtoras de alumínio primário na Ásia, sob o controle do grupo financeiro Aditya Birla. Em 2014 a Novelis anuncia o encerramento de suas atividades em Ouro Preto, deixando cerca de 350 trabalhadores desempregados. Além do fechamento da Novelis, outras empresas prestadoras de serviços e a Rio Doce Manganês, pertencente ao grupo Vale, deixam o município (LAGÔA, 2014).

O que resulta desse processo é a precarização das condições de trabalho em Ouro Preto, o que já estava em curso com a implementação das medidas neoliberais, em especial, as privatizações, a terceirização das atividades de trabalho, a insegurança dos contratos temporários e subcontratados, o que decorre numa queda do poder dos sindicatos e maior dificuldade para mobilização da classe trabalhadora, que depende da venda da força de trabalho para sobreviver.

## 2.2 Análise dos dados

Segundo dados do IBGE do ano de 2017, Ouro Preto tem uma população de aproximadamente 74.659 habitantes. Em pesquisa feita pelo mesmo instituto, no ano de 2015, constatou-se que, do total de habitantes, apenas 20.055 pessoas, o que significa 27,1% da população ouro-pretana, encontra-se alocada em postos de trabalho formal. Isso nos chamou a atenção, pelo fato de que cerca de 70% da população ouro-pretana está desempregada, ou em postos de trabalho informal.

De acordo com o levantamento do Ministério do Trabalho, em sua página de “Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda – ISPER (2016)” observamos que a presença de mão-de-obra masculina é predominante, na maioria das atividades de trabalho formal, salvo as ocupações alocadas no comércio, no setor de serviços e na administração pública, conforme podemos observar na Tabela 1, que apresenta o número de homens e mulheres inseridos nas atividades de trabalho, elencadas pelo IBGE.

TABELA 1: NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

<b>IBGE SETOR</b>	<b>MASCULINO</b>	<b>FEMININO</b>	<b>TOTAL</b>
EXTR MINERAL	3186	344	3530
IND TRANSF	823	227	1050
SERV IND UP	56	04	60

CONSTR CIVIL	1549	122	1671
COMERCIO	1316	1494	2810
SERVICOS	2064	2925	4989
ADM PUBLICA	1970	2654	4624
AGROPECUARIA	134	33	167
<b>Total</b>	<b>11098</b>	<b>7803</b>	<b>18901</b>

Fonte: RAIS/MTPS/ ISPER- Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda, 2016. Disponível em: [http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_isper/index.php#](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#)

Também observamos a discrepância entre os salários de homens e mulheres em todas as atividades de trabalho, representando uma diferença média de R\$573,07. No caso da administração pública a diferença salarial entre homens e mulheres chega a R\$ 2331,53, vide Tabela 2, ainda que, as mulheres sejam presença majoritária neste setor. Esses dados, nos levam ao entendimento de que são as mulheres trabalhadoras de Ouro Preto, que se inserem em maior volume nos postos de trabalho menos remunerados: Comércio e Serviços.

TABELA 2: REMUNERAÇÃO MÉDIA DE EMPREGOS FORMAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

<b>IBGE SETOR</b>	<b>MASCULINO</b>	<b>FEMININO</b>	<b>TOTAL</b>
EXTR MINERAL	3.191,00	2.519,75	3.125,47
IND TRANSF	2.445,31	1.745,05	2.294,29
SERV IND UP	2.869,12	1.167,70	2.755,69
CONSTR CIVIL	2.072,76	2.023,54	2.069,02
COMERCIO	1.316,96	1.187,39	1.247,91
SERVICOS	2.185,69	1.634,53	1.860,04
ADM PUBLICA	7.162,16	4.830,63	5.816,80
AGROPECUARIA	1.219,82	1.073,31	1.190,88
<b>Total</b>	<b>3.239,56</b>	<b>2.666,49</b>	<b>3.001,75</b>

Fonte: RAIS/MTPS/ ISPER- Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda, 2016. Disponível em: [http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_isper/index.php#](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#)

No que diz respeito às vagas de trabalho ofertadas e enxugadas no decorrer do ano de 2017, a Tabela 3 demonstra que, mesmo nos postos com maior entrada de trabalhadores, como é o caso da extração mineral, não houve permanência destes, tendo em vista que dos 732 absorvidos pelo mercado de trabalho, somente 154 se mantiveram. Em todos os demais setores de atividades houve mais desligamento que admissão de trabalhadores. Ainda que este

levantamento aborde as possibilidades do mercado de trabalho formal, existe um tempo de carência para que os trabalhadores acessem os direitos previstos na previdência social. Este tempo não se realizou no decorrer do ano de 2017, para os trabalhadores absorvidos e desligados em um curto espaço de tempo. O esvaziamento dos postos de trabalho formal é uma tendência no modo de regulamentação da acumulação flexível, cuja vertente política é o neoliberalismo. Não podemos esquecer da reforma trabalhista, aprovada pelo governo golpista de Temer. A reforma flexibiliza as condições de trabalho e permite ao empregador, inclusive, o rebaixamento dos salários e prolongamento da jornada de trabalho, sem garantias mínimas dos direitos trabalhistas. Após a aprovação da reforma trabalhista várias empresas iniciaram um processo de demissão em massa e, na sequência reconstrução dos trabalhadores, de acordo com as novas condições flexíveis e precarizadas, o que pode explicar a flutuação instável no mercado de trabalho ouro-pretano.

TABELA 3: FLUTUAÇÃO DO EMPREGO FORMAL, COM AJUSTES: JAN/2017 A DEZ/2017

<b>IBGE SETOR</b>	<b>ADMITIDOS</b>	<b>DESLIGADOS</b>	<b>TOTAL</b>
EXTR MINERAL	732	577	154
IND TRANSF	442	499	-57
SERV IND UP	07	15	-08
CONSTR CIVIL	914	1662	-748
COMERCIO	995	1009	-14
SERVICOS	1649	1692	-43
AGROPECUARIA	68	64	04
<b>Total</b>	<b>4806</b>	<b>5518</b>	<b>-712</b>

Fonte: CAGED/MTPS/ISPER- Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda, 2017. Disponível em: [http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_isper/index.php#](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#)

Quanto às ocupações, em que permaneceram maior número de trabalhadores (ainda que o volume de permanências seja bastante reduzido) percebemos a prioridade de manutenção de ocupações importantes para a produção direta de mais-valia: trabalhadores responsáveis pela manutenção dos meios de produção; operadores de caminhão (transporte das mercadorias produzidas); operários das minas, que promovem a extração e alimentadores da linha de produção. No setor de serviços o cargo de operador de caixa é o que mais absorveu força de trabalho, no entanto, dos 126 admitidos, somente 26 permaneceram de janeiro a dezembro de 2017, conforme podemos observar na Tabela 4.

TABELA 4: Ocupações com Maiores Saldos: JAN/2017 A DEZ/2017

CBO 2002 Ocupação	Admitidos	Desligados	Saldo
MECANICO DE MANUTENCAO DE MAQUINAS EM GERAL	206	160	46
OPERADOR DE CAMINHAO (MINAS E PEDREIRAS)	92	57	35
MINEIRO	45	17	28
OPERADOR DE CAIXA	126	100	26
ALIMENTADOR DE LINHA DE PRODUÇÃO	68	44	24

Fonte: CAGED/MTPS/ISPER- Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda, 2017. Disponível em: [http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_isper/index.php#](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#)

O enxugamento mais expressivo se deu nos ramos da construção civil, para os cargos de: operador de máquinas; servente de obras e pedreiro. De acordo com o demonstrado na Tabela 6 algumas atividades típicas da mineração também tiveram redução: operador de máquinas e sinaleiro. A diminuição das atividades de mineração no âmbito de Ouro Preto e Mariana é uma realidade, desde o rompimento da barragem de rejeitos de minério, crime provocado pela mineradora Samarco no ano de 2015. Importante ressaltar o impacto ambiental e social deste crime, que se configura como o maior desastre ambiental do Brasil: contaminação do Rio Doce, por uma longa extensão territorial, minando a atividade produtiva de pescadores e desalojando centenas de pessoas atingidas pelas barragens.

Também destacamos o desemprego em massa, a queda na arrecadação municipal, o que, associado a uma política econômica neoliberal ocasiona o acirramento das expressões da questão social, ao mesmo tempo em que o Estado retrai seus investimentos e privilegia as grandes corporações, como é o caso das multas ambientais ainda não pagas pela Samarco e por suas acionistas, como também a reposição imediata da totalidade das perdas das pessoas atingidas, exceto aquelas irreparáveis, como a perda de familiares e todo o patrimônio imaterial.

TABELA 6: Ocupações com Menores Saldos: JAN/2017 A DEZ/2017

CBO 2002 Ocupação	Admitidos	Desligados	Saldo
OPERADOR DE MAQUINAS DE CONSTRUCAO CIVIL E MINERACAO	33	149	-116
SERVENTE DE OBRAS	278	360	-82
PEDREIRO	70	152	-82
SINALEIRO (PONTE-ROLANTE)	22	89	-67
MOTORISTA DE CARRO DE PASSEIO	34	79	-45

Fonte: CAGED/MTPS/ISPER- Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda, 2017. Disponível em: [http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_isper/index.php#](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#)

Desta forma, compreendemos que, no município de Ouro Preto, o setor que mais emprega é o de serviços, ocupado em sua maioria por mulheres. Na sequência está a administração pública (também predominado por mulheres) e, respectivamente o setor da extração mineral (composto, quase que em sua totalidade pelo trabalho masculino). A indústria representa, em 2017 a sexta atividade produtiva que absorveu mais trabalhadores (ISPER, 2016). Os salários mais altos se concentram na Administração pública, na extração mineral e atividade industrial, enquanto a agropecuária e o comércio são os setores que pagam menos. Novamente, relembramos que há desigualdade salarial entre homens e mulheres em todas as atividades.

Nos dados que acessamos, comprovamos que o setor industrial tem reduzido suas atividades no município de Ouro Preto. A atividade mineradora, por sua vez, ainda é preponderante, com relação aos demais postos de trabalho, o que reforça a construção histórica da estruturação econômica da cidade, marcada pela extração de matéria prima mineral, destinada ao mercado externo. A produção voltada para fora, materializa o que Marini (1990) chamava de superexploração da força de trabalho, o que é visível nas remunerações, se comparadas ao montante do lucro absorvido pelos proprietários e acionistas.

O setor de serviços é o que mais absorve força de trabalho em Ouro Preto, na atualidade, e é também o setor com menores salários. Isso se explica pela dependência econômica deste município, com relação à atividade mineradora, sob o comando de corporações internacionais e grupos financeiros, nos termos de Lênin (1917), uma “oligarquia financeira”. A retração da principal atividade econômica impacta no PIB municipal, que se sustenta hoje, pelo repasse de recursos provenientes da União e do estado. Esse repasse conta

com a arrecadação de parcela do lucro obtido na extração mineral, ainda que com muitas isenções e desonerações.

Entendemos a dependência da extração mineral como uma opção traçada pela burguesia brasileira, no sentido de manter a produção nacional voltada para os interesses internacionais, mantendo a posição de produtora de bens primários e matéria prima industrial. O Estado, por sua vez, legitima tal dependência ao entregar nas mãos de agentes privados a posse das empresas nacionais e permitir seu funcionamento e extração absoluta de mais-valia, sem ao menos acessar parte considerável dos lucros, para investimento em políticas públicas.

Por fim, é importante a reflexão de que esta pesquisa teve por foco o mercado de trabalho formal e, portanto, não foi possível mensurar, ou quantificar o volume de postos de trabalho informais, que tendem a se expandir diante das transformações societárias ocorridas a partir de 1970 no mundo e, mais especificamente, a partir dos anos de 1990 no Brasil, como aponta Antunes (2000).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A América Latina foi invadida por colonizadores que vieram atraídos por riquezas e as encontraram principalmente no solo: metais preciosos, madeira, dentre outros. Colonizaram os nativos, exploraram e enriqueceram. É desalentador perceber como esse ciclo se repete, através da história. São várias épocas diferentes, com produtos de exploração diferentes, mas com um enredo em comum, que é a subordinação do Brasil aos interesses de povos externos.

Tem sido assim desde a chegada dos colonizadores, passando pela independência jurídica do país, até os dias atuais. O ciclo vicioso se repete: colonização, exploração e evasão das riquezas. A presença de dominação estrangeira não deixa margem para que um desenvolvimento local, com interesses regionais se desenvolva. Os países latino americanos serviram de colônia de exploração às potências imperialistas, fornecendo recursos naturais e matéria-prima. As potências imperialistas se enriqueceram e desenvolveram seus meios produtivos. Deram saltos de desenvolvimento tecnológico e social, enquanto os países colonizados continuaram estagnados, exauridos e dependentes.

As nações imperialistas, com seus meios de produção já bem desenvolvidos, começaram a exportar para o mundo as suas manufaturas, inclusive para os países de economia subdesenvolvida, que em troca de produtos manufaturados ofereciam matéria prima e produtos agrícolas. Nessa *troca desigual* persiste, para os países dependentes, o subdesenvolvimento. Enquanto que, nos países de economia dependente, os meios produtivos não se desenvolvem para além do fornecimento de produtos de baixo valor agregado, baseados no uso de recursos naturais, com extração de mais-valia absoluta, isto é, pela exploração ao máximo da força de trabalho, por intermédio, da prolongação das jornadas de trabalho. Os trabalhadores recebem salários abaixo da média e são *superexplorados*.

Com a concentração da produção nos países centrais, estes, precisavam investir seus excedentes de capital de alguma maneira, e essa corrida em busca de mercado para seus investimentos direciona-se à América Latina. Com essa nova modalidade de colonização, agora industrial, as potências imperialistas reorganizam o mundo em frações. Cada nação capitalista administra uma fração do globo. Há nesse momento uma divisão internacional do trabalho, em que cada país tem um papel específico, cabendo à América Latina fornecer matérias primas e produtos agrícolas. Isso possibilitou que países capitalistas, como a Inglaterra, se especializassem no desenvolvimento de sua indústria, tendo em vista que, para isso, era necessário que todo contingente de trabalhadores fosse empregado em ocupações industriais.

Isso não seria possível caso os trabalhadores ingleses tivessem que se dedicar a tarefa de produzir alimentos para seu autoconsumo.

A divisão internacional do trabalho foi a porta de entrada para países como o Brasil no capitalismo. Por muito anos o Brasil permaneceu como fornecedor de produtos agrícolas e durante muitas décadas seu principal produto de exportação foi o café, que figurou como único produto de peso da economia do país. Somente a partir de 1930 é que a economia brasileira começou a se industrializar.

Extremamente dependente das economias centrais, a indústria do Brasil foi desenvolvida para atender o mercado externo. Mesmo superando o modelo agrário a economia nacional continuou como economia exportadora. Um país com uma indústria voltada ao mercado externo, como a brasileira, tem consequências desfavoráveis para a classe trabalhadora, pois o que ela produz não está destinado ao seu consumo e isso traz consequências que incidem negativamente na sua remuneração.

Já que a produção nacional não se destina ao seu próprio consumo, o capitalista não se vê obrigado a pagar um salário que habilite o trabalhador para ser um consumidor. Antes, pelo contrário, ele lhe paga um salário que garanta apenas a sua subsistência, com restrições. Está aí uma das principais diferenças entre os trabalhadores do centro do capitalismo e os da periferia. Nos países centrais os trabalhadores são também consumidores dos produtos da sua indústria e seus salários são compatíveis com isso. É nesse palco de contrastes antagônicos que nasce, desenvolve a industrialização brasileira.

Muito semelhante é a industrialização de Ouro Preto, que também se inicia no período da expansão da indústria no Brasil, nos anos de 1930. Ela também é destinada à exportação, produz mercadorias semielaboradas e também demanda grande uso de recursos naturais. O crescimento da indústria em Ouro Preto, especialmente a partir de 1950, deu importante impulso à economia da cidade, que se encontrava em dificuldades, desde o fim do ciclo do ouro, por volta de 1785, vindo a se agravar ainda mais após a transferência da capital da província de Minas Gerais, de Ouro Preto para Belo Horizonte, em 12 de dezembro de 1897.

Essa mudança provocou o esvaziamento da cidade e acentuou o declínio econômico. Decorreram aproximadamente oitenta anos entre o descobrimento, o auge e o declínio do ciclo do ouro. Também em oitenta anos Ouro Preto presenciou o início, o auge e o declínio de sua indústria. Semelhante aos tempos da corrida do ouro, ainda é pouca a variedade de suas fontes de renda.

Desde 1934 (fundação da Elquisa) até 2014 com o fechamento das duas principais empresas metalúrgicas da cidade, Ouro Preto não diversificou suas atividades produtivas. Se no período do fim da corrida do ouro, houve escassez até de alimentos, com o fim da industrialização, em 2014 a classe trabalhadora também sofreu com a falta de elementos básicos, tendo em vista a redução dos empregos formais e queda dos salários, na realocação do mercado de trabalho.

Segundo dados do IBGE, em 2015 apenas 27,1 % dos habitantes de Ouro Preto encontravam-se formalmente ocupados. Outro dado importante sobre a classe trabalhadora de Ouro Preto é que, dos oito setores analisados pelo órgão em 2016, em todos eles a mão de obra masculina é melhor remunerada que a feminina. Se pensarmos que o trabalhador latino americano é superexplorado, esta condição se acirra ainda mais, no caso das trabalhadoras.

Com o encerramento das atividades dos estabelecimentos industriais na cidade a mão de obra migra para outros ramos de atividade, sendo mais absorvida pelo setor de serviços. É no setor de serviços que o pessoal expurgado do setor industrial, encontra nivelamento com a baixa especialização dos cargos que exerciam dentro na indústria.

Não foi fácil o acesso aos registros sobre a industrialização em Ouro Preto. O que se tem sobre o assunto está espalhado por diversos documentos em locais variados. Por se tratarem de documentos com valor histórico, tanto da cidade, quanto do país, seria conveniente que fossem reunidos e disponibilizados para consulta em locais apropriados. Afinal de contas são parte da memória da construção de um povo, de uma cidade.

Outra dificuldade que se deve ressaltar é o pouco tempo que se tem para construir um trabalho importante como esse. Uma tarefa tão importante como essa, de construir um Trabalho de Conclusão de Curso deveria contar com mais tempo disponível, para que o pesquisador tivesse a oportunidade de oferecer um trabalho com melhor qualidade à sociedade e a quem possa interessar. Pois um trabalho de pesquisa é patrimônio de toda comunidade, acadêmica, ou não.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

BATISTA, Nylton Gomes. Coisas de ontem... e de hoje CXXVII. Jornal o liberal, Ouro Preto/Itabirito/Mariana, 24 nov. 2014. Sessão Ponto de Vista do Batista, p. 02. Disponível em: <http://www.jornaloliberal.net/workspace/uploads/edicoes/o-liberal-1121-20-11-2014lq-5472bd1fa32bb.pdf>. Acesso em: 05/01/2018.

CANO, Wilson; SILVA, Ana Lucia Gonçalves. Política industrial do governo Lula. Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 181, julho 2010. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1811&tp=a>. Acesso em 10/02/2018.

CURADO, Marcelo. *Por que o governo Dilma não pode ser classificado como novo-desenvolvimentista?* Revista de Economia Política, vol. 37, nº 1 (146), pp. 130-146, janeiro-março/2017 Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v37n1/1809-4538-rep-37-01-00130.pdf>> Acesso em 05/01/2018.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

LAGÔA, Tatiana. Novelis fechará fábrica de Ouro Preto. Diário do Comércio [online], 17 out. 2014. Sessão de Economia. Disponível em: [http://diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=novelis\\_fechara\\_fabrica\\_de\\_ouro\\_preto&id=143124&fb\\_comment\\_id=731662010241975\\_731791783562331#f1452899ef85a3c](http://diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=novelis_fechara_fabrica_de_ouro_preto&id=143124&fb_comment_id=731662010241975_731791783562331#f1452899ef85a3c). Acesso em: 05 jan. 2018.

LENIN, V.I. O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. Moscou, 1917. Tradução Editorial Avante, Lisboa 1984. Disponível em: <http://marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>. Acesso em 20 Jun. 2017.

MANTOVANI, André Luiz. Melhorar para não mudar: ferrovia, intervenções urbanas e seu impacto social em Ouro Preto-MG, 1885-1897. 2007. 185 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2007. Disponível em: <http://www.arq.ufmg.br/nehcit/txt/mantovani.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2018.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. México, 1973. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>. Acesso em: 20 Jun. 2017.

OLIVEIRA, L. D.; SOBREIRA, F. G. Crescimento urbano de Ouro Preto-MG entre 1950 e 2004 e atuais tendências. Revista Brasileira de Cartografia, v. 67/4, p. 867, 2015. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/rbc/index.php/rbc/article/viewFile/853/833>. Acesso em: 10/02/2018.

OREIRO, José Luis; FEIJO, Carmem A. *Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro*. Revista Economia Política. vol.30 nº. 2 São Paulo abr/jun 2010. Brazilian Journal of Political Economy. Disponível em

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010131572010000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010131572010000200003). Acesso em 01/02/2017

POCHMANN, M. Brasil sem industrialização: a herança renunciada [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, 187 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=KgOqDgAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=POCHMANN,2016&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiWg-OJ9b7ZAhVGE5AKHRwrDiwQ6AEIKDAA#v=onepage&q=POCHMANN%2C2016&f=false>. Acesso em: 20 Jun. 2017.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

SILVA, C. M.; FILHO, N. M.; KOMATSU, B. Uma Abordagem sobre o Setor de Serviços na Economia Brasileira. Insper – Centro de Políticas Públicas. Policy Paper n. 19, agosto, 2016. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2016/09/Abordagem-sobre-Setor-Servicos-Economia-Brasileira.pdf>. Acesso em: 20 Jun. 2017.

SOUZA, T. M. F.; REIS, L. M. Técnicas Mineratórias e Escravidão nas Minas Gerais dos Séculos XVIII E XIX: Uma Análise Comparativa Introdutória. In: Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira, 2006.



# O METALÚRGICO



Informativo oficial do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São João  
Impressão e Redação: Rua Professor Francisco Pignataro, nº 67-Fone: 3551-2302 - Ouro Preto  
E-mail: [sindmetop@yahoo.com.br](mailto:sindmetop@yahoo.com.br)  
Ouro Preto - Outubro de 2014

*São João*

---

## CARTA ABERTA À POPULAÇÃO

**NÃO DEIXE OURO PRETO SER ROUBADA DE NOVO. VAMOS FAZER A NOVA INCONFIDÊNCIA MINEIRA**

A empresa Novelis do Brasil Ltda, anunciou o fechamento de sua planta no Município de Ouro Preto e a demissão de mais de 400 trabalhadores diretos e afetando mais de 5000 pessoas pelo seu desligamento.

Essa empresa durante os anos em que esteve instalada no Município, recebeu incentivos fiscais, doação de terrenos, autorização para a exploração de nossos recursos minerais, concessão para a instalação de Usinas Hidrelétricas, enfim, recebeu privilégios para em contrapartida proporcionar emprego e renda para o povo Ourepretano. Agora, depois de ter enriquecidos os seus acionistas com o suor de nosso povo trabalhador, ela quer simplesmente fechar, ir embora e deixar o passivo ambiental pra gente (lago do Azedo e lago Marzagão, Área da panificadora, área do Morro do Minério e outros), deixar o passivo para as populações atingidas pelas barragens; também quer deixar nossos trabalhadores doentes sem nenhum tipo de assistência; pretende também dificultar a aposentadoria de seus trabalhadores, visto que não recolheu a alíquota de 6% que dá o direito a aposentadoria especial de seus trabalhadores, além de outros tantos problemas trabalhistas e previdenciários.

**DESSA FORMA CONTAMOS COM VOCÊ PARA PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA ALMG QUE DISCUTIRÁ O FECHAMENTO DA NOVELIS EM OURO PRETO. A AUDIÊNCIA PÚBLICA ACONTECERÁ NA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO NO DIA 05/11/2014, ÀS 14:00 HORAS.**

**O QUE QUEREMOS:**

- GARANTIR O EMPREGO COM A MANUTENÇÃO DE TODOS OS TRABALHADORES EM SEUS POSTOS DE TRABALHO;
- MANTER A ECONOMIA OURO PRETANA FORTALECIDA E AQUECIDA;

**OUROPRETANO, PARA QUE ISSO ACONTEÇA PRECISAMOS QUE VOCÊ MOBILIZE COM A GENTE. COMPAREÇA NA AUDIÊNCIA VESTIDO DE PRETO, TRAGA PANEIS E DEMONSTRE TODA A SUA INDIGNAÇÃO. A NOVELIS É PATRIMÔNIO DO POVO OUROPRETANO.**

Figura 1 Boletim do sindicato da categoria denunciando a fechamento de postos de trabalho na Novelis



**Figura 2** Manifestantes bloqueiam rodovia em protesto contra extinção dos postos de trabalho com o fechamento da RDM.



**CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO**

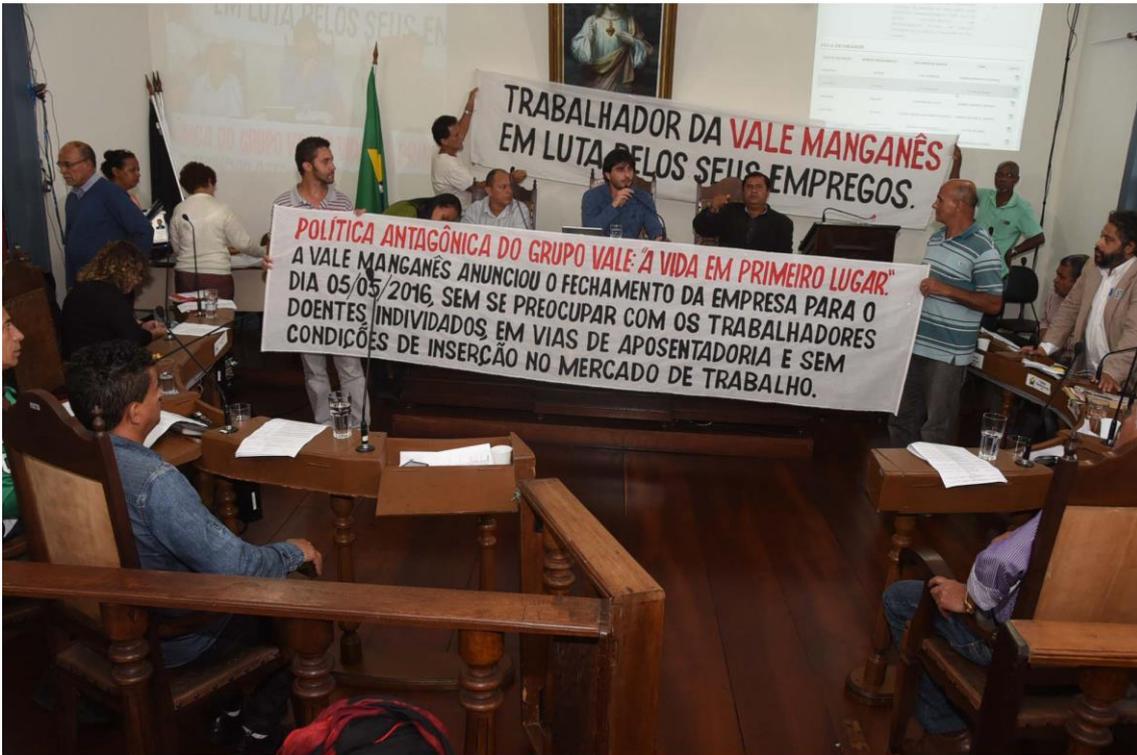
# AUDIÊNCIA PÚBLICA

**Objetivo:** Debater o encerramento de 160 postos de trabalho imposto pela empresa Vale Manganês, o que contribui para o caos social já instalado em Ouro Preto pela falta de emprego.

**Data:** 11/05/2016 (quarta-feira)  
**Horário:** 17h  
**Local:** Em frente a Vale Manganês Ouro Preto ( Rancharia)



Figura 3 - Publicação da Câmara de Vereadores convida a população a lutar contra o encerramento das atividades da RDM



gura 4 – Funcionários (RDM) ocupam o plenário da câmara de Vereadores para protestar contra demissões.



Figura 5 Militante sindicalista prepara protesto na estatua de Tiradentes na praça central da cidade, contra as demissões da Novellis

## CARTA AOS TEMPOS

Mauro Werkema

## O fechamento da Novelis e as vocações de Ouro Preto

O fechamento da Novelis, antiga Alcan, de Ouro Preto, é uma morte já anunciada. A fábrica, assim como ocorre com outras produtoras de alumínio, como a Alcoa de Poços de Caldas, que também será paralisada, já não tinha condições de competitividade há alguns anos. No caso de Ouro Preto, as condições eram ainda mais desfavoráveis: alto custo da energia elétrica, uma vez que a produção de alumínio é eletrointensiva, a inexistência da bauxita, matéria-prima do alumínio, de boa qualidade e próxima; o alto custo do transporte, uma vez extinta a ferrovia e o fato de a unidade industrial ouro-pretana ser muito antiga, com tecnologia superada. Acrescenta-se a questão da localização, no interior de Minas, longe dos portos. A fábrica realizou investimentos na geração de energia, na usina do Salto e em parceria com outras indústrias. Mas não encontrou, por parte da Cemig, aceitação de uma tarifa adequada aos custos operacionais. A unidade de Ouro Preto, na totalidade de seus serviços, chegou a ter cerca de 2.500 funcionários e, durante muitos anos, foi a principal empregadora de toda a região, além de gerar receitas públicas importantes para o município. Com seu fechamento, encerra-se um ciclo econômico/industrial para a história contemporânea da cidade tridentária.

Cerca de 300 funcionários perdem o emprego e persiste a discussão sobre o que fazer com as instalações da fábrica. Poderão estas instalações serem vendidas ou simplesmente transformadas ou destruídas? É bom sempre lembrar a história para refletir sobre a atualidade. A fábrica iniciou-se em 1936, por iniciativa do industrial Américo René Gianetti, gaúcho, formado na Escola de Minas, com o nome de Elquisa (Eletro-Química Brasileira S/A) inicialmente produzindo um tipo de cimento aluminico e, a partir de 1945, alumínio primário, chamada alumina. Sofreu boicote do truste internacional do alumínio, que alegava existir excessiva oferta no mercado internacional do pós-guerra. Gianetti, em várias ocasiões, fir-

mou que a crise se deveu à Segunda Guerra Mundial mas também à falta de apoio de Getúlio Vargas.

Em 1952, a fábrica foi adquirida pela canadense Alcan. Em 2007, já Novelis, foi vendida ao grupo indiano Aditya Birla que, dois anos depois, anuncia a redução de sua produção por falta de preços competitivos no mercado e o custo elevado de produção da antiga fábrica de Ouro Preto. Além disso, era fator negativo a pouca capacidade da usina de Ouro Preto, cerca de 50 mil toneladas/ano, não permitindo a obtenção de uma nova escala de produção. Estatísticas do setor revelam que a produção brasileira caiu mais de 50% nos últimos anos e que o País deverá importar alumínio, a não ser que seja resolvida a questão, o que demandaria longo prazo, considerando o fator energia elétrica, que careceria de redução das tarifas ou altos investimentos em usinas próprias, além de modernização das instalações atuais.

A antiga Alcan foi muito importante na história ouro-pretana. Em 1952, a cidade encontrava-se em profunda estagnação. Na década de 40, segundo estudo de Sílvia Vasconcelos, então representante do IPHAN em Minas, a cidade perdera quase metade da sua população desde a mudança da capital para Belo Horizonte. Vários casarões antigos estavam abandonados, em situação precária. A Escola de Minas ainda falava em mudar-se para Belo Horizonte, conforme petição apresentada por alguns professores, em 1944, a Getúlio Vargas, que viera a Ouro Preto para inauguração do Museu da Inconfidência. A Alcan reanimou a economia regional, criou empregos para professores da Escola de Minas e engenheiros, gerou tributos para a Prefeitura. Mas, é preciso dizer, acabou provocando uma intensa e desordenada expansão urbana de Ouro Preto no entorno da fábrica, com os novos bairros da Bauxita e Sarameinha, hoje já bastante edificadas mas com inúmeros problemas de urbanização e oferta de serviços públicos.

Os críticos dizem que a Alcan/

Novelis encerra suas atividades sem maiores contribuições mais perenes para Ouro Preto. Não criou uma escola, hospital ou unidade de saúde, não investiu em infra-estrutura urbanística, em saneamento básico. Realizou, é preciso reconhecer, alguns apoios a atividades culturais, a algumas iniciativas educacionais e de preservação do patrimônio arquitetônico. E, por décadas, poluiu o ar de toda a cidade. Mas é fato que, durante muitos anos, obteve altos lucros. Como a crise atinge todo o setor de alumínio e a fábrica de Ouro Preto apresenta questões de competitividade ainda mais desfavoráveis, o fechamento é irreversível. Resta saber o que pode ser feito, como já dissemos, com todos os seus acervos, não só os industriais, mas os imóveis e terrenos. E, como seria justo, se a Prefeitura irá receber algum patrimônio ou qualquer outro tipo de benefício compensatório.

Finalmente, é importante, se não extremamente oportuno, que seja feita a reflexão sobre o futuro de Ouro Preto. Há amplo consenso que a cidade tem suas vocações que, por sorte, são também geradoras de emprego e renda. E são atividades "ambientalmente limpas": turismo e educação. Com a UFOP e o IFMG, instituições em expansão, a cidade é hoje um polo educacional já de grande porte. E também já com a reputação internacional de destino turístico, com o título de Patrimônio Cultural da Humanidade (Unesco/1980) precioso acervo cultural e artístico, rede hoteleira e boa oferta gastronômica. Estes dois setores são o futuro da cidade, mas é preciso que esta vocação seja plenamente exercida, com correção de várias questões que ainda se colocam negativamente ou que impedem o pleno usufruto de suas potencialidades econômicas e sociais. O fechamento da Novelis/Alcan, e todo o simbolismo que enseja, deveria provocar esta reflexão sobre o futuro de Ouro Preto, suas vocações, seus caminhos, suas dificuldades e como removê-las. E o tempo voa e o Brasil também precisa encontrar novos caminhos.

Figura 6 Imprensa local noticia o fim das operações da Novelis